

Organizador
Jadilson Marinho da Silva

DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

Reflexão e Ação Educativa

Volume 1 - 2022

Organizador
Jadilson Marinho da Silva

DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

Reflexão e Ação Educativa

Volume 1 - 2022


**Editora
REALCONHECER**

© 2022 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jadilson Marinho da Silva

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC
Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS
Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP
Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL
Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB
Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional
Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF
Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Jadilson Marinho da
S586d Discursos e Práticas Docentes: reflexão e ação educativa - Volume 1 / Jadilson Marinho da Silva (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2022. 100 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84525-18-4

DOI: 10.5281/zenodo.6570845

1. Discursos. 2. Práticas Docentes. 3. Reflexão. 4. Ação Educativa. I. Silva, Jadilson Marinho da. II. Título.

CDD: 371.1

CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2022/05/discursos-e-praticas-docentes-reflexao.html>



**DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES: REFLEXÃO E AÇÃO
EDUCATIVA**

VOL. 1

AUTORES

**CLÉCIA ROSAS BRITO BASTOS
DILSON MAURO FLORÊNCIO NUNES
DULCY REJANE DE SOUZA ALVES
MARGARETE GOMES COELHO
MARIA SELMA DOS SANTOS**

APRESENTAÇÃO

O livro *“Discursos e Práticas Docentes: reflexão e ação educativa”* reúne pesquisas de alguns professores pesquisadores que discorrem sobre várias temáticas que permeiam o universo da educação. Autores e autoras apresentam pesquisas oriundas de suas vivências diárias no contexto escolar.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Dulcy Rejane apresenta o resultado de sua pesquisa de mestrado, no qual aborda o tema *“As contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino da Matemática”*. Nesse contexto, ela apresenta os principais recursos tecnológicos que tem contribuído com o processo educacional, as novas tecnologias, o uso de instrumentos pedagógicos na escola atual. Além disso, ela está refletindo sobre a história da implantação das novas tecnologias na educação destacando as mudanças trazidas pela disponibilidade das TIC e as demandas de uma sociedade cada vez mais tecnológica que impactam o conteúdo curricular e a pedagogia no ensino de Matemática, bem como a própria natureza do pensamento e entendimento matemáticos, apontaram, o uso de tecnologia instrucional em sala de aula aumenta a aprendizagem.

No segundo capítulo, a autora Clécia Rosas Brito Bastos apresenta um estudo sobre *“A Inter-Relação da Arte e do Brincar enquanto Caminho para uma aprendizagem significativa de Crianças em Idade Escolar”*. Nesse trabalho, a autora descreve o conceito de arte, aborda sobre a arte e sua relação com a infância, o brincar e a ludicidade artística. Além disso, discute sobre as perspectivas para uma aprendizagem significativa a partir da inserção da arte no contexto educacional.

No capítulo três, a professora pesquisadora Margarete Gomes Coelho aborda o tema *“Os principais desafios enfrentados pela Gestão Escolar na atualidade: um estudo de revisão”*. Nesse caso, a autora faz uma revisão sobre o impacto causado pelo arrefecimento da pandemia de Covid – 19 na educação brasileira e na gestão escolar e os principais desafios na gestão escolar nos dias atuais descrevendo possibilidades determinantes para um trabalho significativo para garantir melhoria na qualidade educacional.

No quarto capítulo quatro, a autora Maria Selma dos Santos apresenta o tema *“Processo de Aquisição da Leitura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Perspectivas”*. A pesquisadora reflete sobre as concepções de leitura, destacando os principais desafios vivenciados no contexto escolar. Além disso,

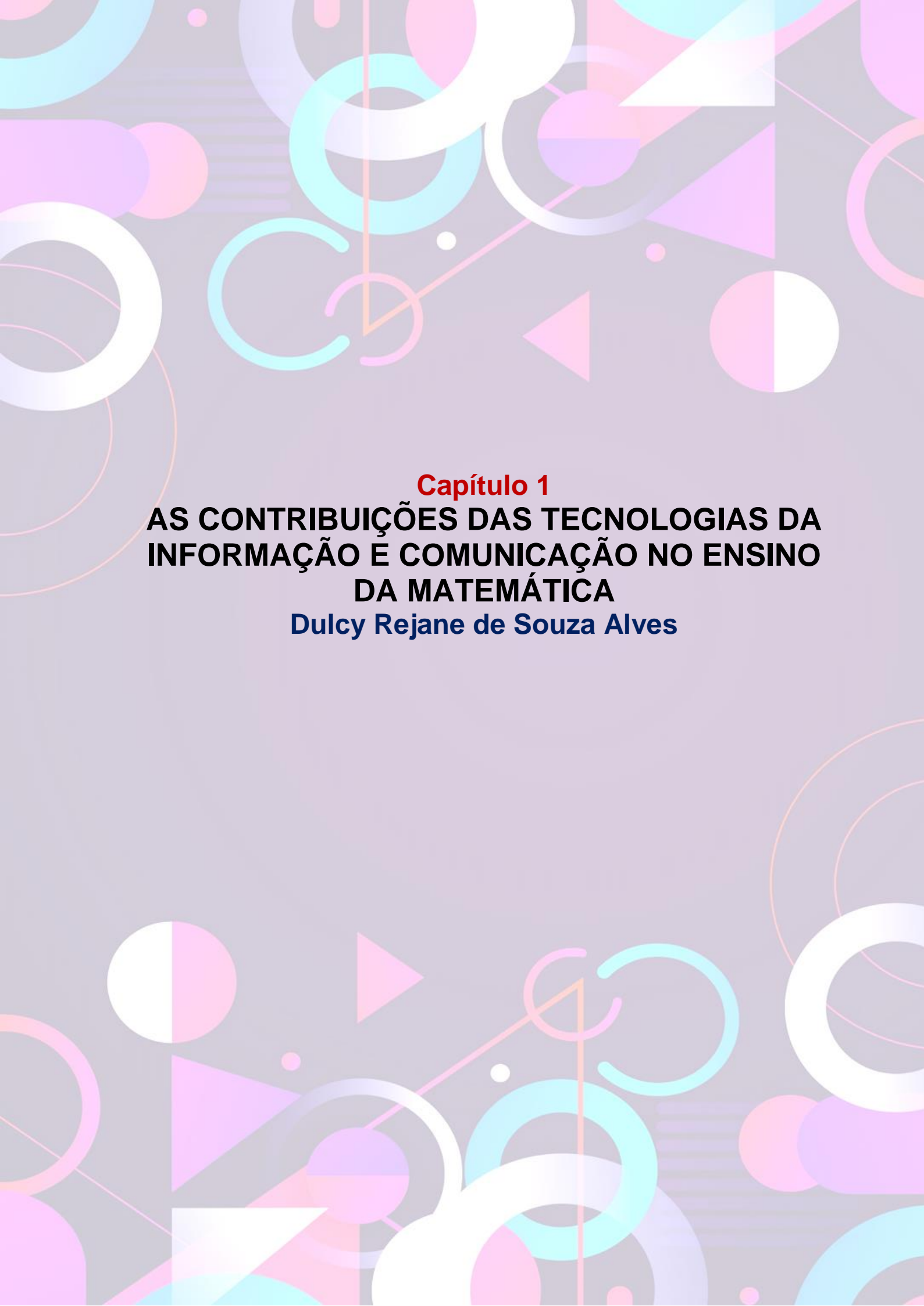
discute sobre o fracasso da escola, quanto à formação de leitores, identificando os principais fatores que dificultam a aprendizagem da leitura, os desafios vivenciados na escola pública e as estratégias utilizadas pelos docentes no processo de aquisição da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental.

No capítulo cinco, o professor pesquisador Dilson Mauro Florêncio Nunes, apresenta o tema “Os desafios dos Educadores e da Escola na Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ensino Regular.” Nesse caso, o autor discorre sobre os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência para serem inseridos dentro do sistema educacional como sujeitos detentores de direitos como qualquer outro cidadão. Além disso, apresenta os obstáculos que os educadores enfrentam na sala de aula para conseguirem que as pessoas com deficiências desenvolvam suas potencialidades dentro do processo de aprendizagem.

Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva

SUMÁRIO

Capítulo 1 AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA <i>Dulcy Rejane de Souza Alves</i>	10
Capítulo 2 A INTER-RELAÇÃO DA ARTE E DO BRINCAR ENQUANTO CAMINHO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR <i>Clécia Rosas Brito Bastos</i>	39
Capítulo 3 OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO <i>Margarete Gomes Coelho</i>	50
Capítulo 4 PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS <i>Maria Selma dos Santos</i>	68
Capítulo 5 OS DESAFIOS DOS EDUCADORES E DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR <i>Dilson Mauro Florêncio Nunes</i>	81
OS AUTORES	97
O ORGANIZADOR	99



Capítulo 1
**AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO
DA MATEMÁTICA**

Dulcy Rejane de Souza Alves

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Dulcy Rejane de Souza Alves

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas, graduada em Pedagogia (2015) e especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias. Atualmente é professora alfabetizadora da Prefeitura Municipal de Petrolina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

As TIC são um importante recurso didático e como tal tem servido como um contribuinte imediato do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que, quando o professor utiliza esse equipamento durante as suas aulas dinamizam a explicação e fazem com que o aluno se interesse em aprender o que está sendo explicado. Em meio a isso, verifica-se que os educadores têm que se adaptarem as transformações ocorridas na sociedade, sobretudo, no que se refere aos avanços tecnológicos para não ficar ultrapassado no que diz respeito a sua metodologia de ensino.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o desenvolvimento da espécie humana ao passar dos anos fez com que o homem viesse a buscar se aperfeiçoar para conseguir se adaptar as mudanças ocorridas no espaço pelo qual ele ocupava. Assim, o que se sabe é que os avanços tecnológicos estão diretamente ligados ao fato das necessidades que foram surgindo entorno das pessoas seja com a elaboração de casacos de pele de animais desenvolvidos pelo homem na Pré – história para se aquecer do frio, seja, com o advento da internet e os meios multimídia existentes no atual momento.

O fato é que as novas tecnologias estão influenciando muito com todo o processo educacional, uma vez que, ocorreu uma ampliação nos recursos didáticos utilizados por professores e alunos a favor da melhoria do ensino. Assim, verifica-se

que tanto o educador como o educando têm se valido dos avanços tecnológicos, sendo que, o processo de ensino aprendizagem tem sido favorecido por esse fato.

Nessa perspectiva, os principais recursos tecnológicos que tem contribuído com o processo educacional é, justamente, o notebook e netbook, tabletes, data show, tela interativa e entre outros com suas funcionalidades, uma vez que, com o surgimento da internet ficou mais fácil para o aluno realizar pesquisas em torno do assunto que está estudando. Muitos professores passaram a usar essas ferramentas tecnológicas ao perceberem o quanto eles são fundamentais para o seu avanço enquanto profissional da educação.

Assim, é importante que as novas tecnologias venham a ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos para que a forma de ensinar os conteúdos venha a se tornar mais dinâmica em meio às dificuldades enfrentadas pelos discentes no que se diz respeito ao modo de ver as disciplinas.

Com base nisso, o objetivo deste trabalho é identificar as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças no uso das TIC pelos professores; Elaborar um plano de aula com o uso das TIC pelos professores e alunos na disciplina de matemática considerando a viabilidade no contexto; Aplicar esse plano em sala de aula; Avaliar o resultado da experiência através de entrevistas, observação, debate e realização de ajustes no caminho tendo presente as condições da escola; Elaborar a proposta final a partir da experiência trabalhada com os professores, bem como, analisar a importância do laboratório de informática como instrumento pedagógico facilitador do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos; Verificar se o uso dos computadores como instrumento facilitador do processo de ensino e de aprendizagens; Identificar quais professores utilizam o laboratório de informática como recurso pedagógico para o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos; Observar as aulas ministradas no laboratório de informática, sua dinâmica e percepção dos conteúdos pelos estudantes.

Ademais, o computador é um equipamento que pode ser utilizado no contexto da educação vindo a tornar as aulas dinâmicas. Com isso, Valente (1993, p.16) esclarece que “na educação de forma geral, a informática tem sido utilizada tanto para ensinar sobre computação, o chamado “computerliteracy”, como para ensinar praticamente qualquer assunto por intermédio do computador”.

Assim, através do uso das novas tecnologias as aulas vieram a deixar de ser monótonas, uma vez que, vários professores passaram a utilizar o computador como

recurso didático na explanação dos conteúdos. Muitos programas foram e estão sendo criados pelo homem com a finalidade única de melhorar todo o processo de ensino – aprendizagem de diversas disciplinas.

Desse modo, Almeida (2000, p. 79), estudioso do assunto, refere-se ao computador como “uma máquina que possibilita testar ideias ou hipóteses, que levam à criação de um mundo abstrato e simbólico, ao mesmo tempo em que permite introduzir diferentes formas de atuação e interação entre as pessoas”. Ou seja, o computador na visão de Almeida assume cada vez mais funções, sendo que, como recurso didático esse equipamento contribui de modo amplo na qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, deve – se destacar que cada tópico aborda em seu texto sobre o anteprojeto, as novas tecnologias, o uso de instrumentos pedagógicos na escola atual. Também dentro desse contexto está relatando sobre a história da implantação das novas tecnologias na educação, sendo que, o outro tópico se relaciona sobre a contribuição dos computadores no processo de ensino – aprendizagem, o computador como instrumento psicopedagógico e os procedimentos metodológicos.

Enfim, é, justamente, sobre o uso das TIC como facilitador do processo de ensino-aprendizagem dos alunos que esse trabalho irá abordar. Desse modo, buscar-se-á descobrir qual a contribuição dessa tecnologia para o processo de ensino aprendizagem dos discentes.

A tecnologia tornou-se uma ferramenta essencial para fazer matemática no mundo de hoje. Pode ser usado em uma variedade de formas visando melhorar a aprendizagem da matemática.

Portanto, as tecnologias podem ser poderosas auxiliares no ensino e aprendizagem da matemática. As mudanças trazidas pela disponibilidade dessas ferramentas e as demandas de uma sociedade cada vez mais tecnológica impactam o conteúdo curricular e a pedagogia na educação matemática, bem como a própria natureza do pensamento e entendimento matemáticos, apontaram, o uso de tecnologia instrucional em sala de aula aumenta a aprendizagem.

Assim, podemos mensurar que no mundo educacional, a tecnologia está sendo usada extensivamente nas salas de aula. Como Bitter e Pierson (2005) e Wiske, Franz e Breit (2005) para que os alunos possam aprender com mais eficiência. Nas aulas implementadas em tecnologia, envolvimento interativo do aluno

no processo de aprendizagem é estimulada, além de torna-se mais divertido e mais atraente para os estudantes (SMALDINO, RUSSELL, HEINICH E MOLENDIA, 2005).

O motivo pelo qual se possibilita a ideia de pesquisar sobre a temática intitulada, surge a pergunta a ser respondida neste estudo: Quais as estratégias viáveis do uso das TIC em prol da aprendizagem de alunos de matemática das series iniciais das escolas públicas municipais de Petrolina-PE a partir dum processo de pesquisa e ação no contexto?

Sabemos que a tecnologia e a comunicação de informações (TIC) estão espalhadas integralmente no mundo humano e através dela os alunos de series iniciais já chegam à escola com conhecimento tecnológico altíssimo. Diante disso, vejo que alguns professores da disciplina de matemática não aproveitam essas TIC para o ensino aprendizagem dos seus educandos tornando assim uma aula em que alguns alunos demonstram não interagir e não adquirir com qualidade o ensino transmitido.

Nessa perspectiva, pretendo realizar um anteprojeto com o objetivo de relatar a quantidade de professores que não utilizam as TIC na disciplina de matemática, quantificar o número de alunos desmotivados em aprender o conteúdo dessa disciplina e elaborar com toda a equipe escolar projetos pedagógicos sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) como recurso facilitador da aprendizagem do educando no contexto educacional na disciplina de matemática.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DO USO DA TECNOLOGIA

Antes de adentrar no contexto histórico da implantação das novas tecnologias na educação, torna-se importante destacar que a palavra tecnologia vem a ser de origem grega, sendo que, o prefixo “techne” significa “ofício” e o sufixo “logia” que se refere a “que diz”. Desse modo, tecnologia vem a ser uma palavra que tem inúmeros significados, visto que, vem a envolver conhecimento técnico, científico, bem como, ferramentas, processo e materiais desenvolvidos ou usados com base em tal conhecimento referente ao termo tecnologia.

Diante disso, vale mencionar que o autor em meio ao ato de expressar as características da Revolução Tecnológica veio a enfatizar que essas estão relacionadas à crescente convergência de tecnologias. O fato é que hoje o uso de

recursos de novas tecnologias é essencial frente ao processo de ensino – aprendizagem, uma vez que, diversifica o trabalho do educador.

Desse modo, o fato é que com o passar dos anos a sociedade em geral se tornou tecnológica, uma vez que, a tecnologia veio a fazer parte da vida do homem de modo que praticamente ninguém atualmente consegue viver sem os recursos oferecidos pelos instrumentos tecnológicos. Hoje se verifica que o homem tem a seu dispor o conhecimento tecnológico e científico cujo uso pode ser destinado tanto para o bem como para o mal da sociedade humana.

Temos hoje acesso a várias inovações e equipamentos digitais, de acordo com Miranda (2006, p. 77), “a inovação educativa aparece mais no discurso do que nas práticas”. Embora muito se fale sobre a necessidade de transformação, é importante saber se está realmente presente em contexto de sala de aula.

Sabe-se que quem ensina a disciplina de matemática nas series iniciais é um graduado em pedagogia, pois não há ainda nenhuma licenciatura que prepara o profissional para os anos iniciais, no que se refere a disciplina de matemática. Guimarães et al (2007, p.14) destaca:

É necessário oferecer mais subsídios didático-metodológicos, no sentido de instrumentalizar os professores para uma melhor atuação profissional frente às exigências atuais de uso social da Matemática, principalmente para se apropriarem dessa área de conhecimento – tratamento da informação – a qual muitos pedagogos não estudaram em seus cursos de formação inicial. (GUIMARÃES et al, 2007, p.14).

A cada momento que passa novas invenções vão aparecendo e a sociedade, assim como, a escola tem que buscar se adaptar as transformações, sobretudo, no que diz respeito à tecnologia. Assim, é importante mencionar que tanto os professores como os alunos estão sendo beneficiados com as inovações tecnológicas que estão surgindo atualmente, uma vez que, muitos são os aparelhos criados pelo homem que são facilitadores do processo de ensino e de aprendizagem.

Diante disso, deve-se destacar que o homem tem surpreendido a todas as pessoas com os diversos equipamentos tecnológicos que são criados a cada dia. Nessa perspectiva, pode-se mencionar que entre esses equipamentos muitos servem como recursos didáticos para o professor, tais quais, calculadora, o retroprojeto, o Datashow, os tablets, e, em especial, o computador, que com suas

diversas funcionalidades contribui significativamente com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

2. INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA ATUAL

A escola é um espaço pelo qual o aluno vem a ser desenvolver enquanto pessoa e como tal cabe ao professor contribuir com a aplicação da função social da escola que é, justamente, contribuir na formação dos futuros cidadãos do Brasil. Diante disso, é importante destacar que em meio ao trabalho desempenhado pelo educador os instrumentos pedagógicos surgem como algo imprescindível dentro do contexto educacional, uma vez que, o professor vem a utilizar esses recursos em benefício do desenvolvimento das suas aulas.

Assim, é importante destacar que muitos são os instrumentos utilizados pelos professores em meio ao contexto do processo de ensino-aprendizagem, sendo que, esses vêm a ter as mais variadas funções. Com base nisso, é possível destacar que ao longo dos anos foram surgindo diversos instrumentos que foram criados pelo homem em benefício tanto do professor no que se refere ao processo de ensino, como ao aluno em meio à aprendizagem.

Desse modo, cabe destacar que em meio à utilização dos instrumentos pedagógicos da escola atual educar vem a ser o ato de colaborar para que os professores e alunos, bem como, nas escolas e organizações venham a transformar os ensinamentos recebidos em processos permanentes de aprendizagem. Sendo assim, os instrumentos pedagógicos podem ser considerados colaboradores do processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito ao sistema educacional. Isso é mencionado, uma vez que, todo recurso didático utilizado pelos professores ajudam aos discentes na construção do seu conhecimento.

Com relação à construção do conhecimento em meio ao processo de aprendizagem, Serres (1993, p. 14), com muita propriedade no seu livro “Filosofia Mestiça”, nos diz que, para que haja aprendizagem, exige-se uma viagem, uma partida... O aprender é uma busca incessante da sabedoria, é a busca do “lugar mestiço”. Afirma: “nada aprendi sem que tenha partido, nem ensinei ninguém sem convidá-lo a deixar o ninho.”

2.1. Quadro branco / pincel

A origem histórica dos quadros brancos iniciou no ano 1960 e até hoje é inexplicável sobre quem realmente o inventou. Alguns estudiosos dizem que surgiu na China, mas não há nenhuma maneira real de se ter a certeza. Os quadros brancos, os atuais, evoluíram dos quadros pretos (ou chalkboards, em inglês). Apesar de os quadros pretos serem populares, alguns educadores e alunos eram alérgicos a esse tipo de material.

Nessa perspectiva, o quadro branco vem a ser considerado nos dias de hoje uma evolução do quadro negro, visto que, esse é um instrumento pedagógico importante para o desenvolvimento das aulas, uma vez que, o professor por meio dele pode explanar os conteúdos a serem trabalhados durante as aulas. Sendo assim, mesmo com o avanço tecnológico ocorrido na sociedade do conhecimento, é importante deixar claro que o quadro continua tendo importância impar no processo educacional.

Ademais, pode-se destacar que, assim como, o quadro branco vem a ser uma evolução do quadro negro, o pincel também pode ser ressaltado como um avanço do giz. Com base nisso, verifica-se que o pincel, é um instrumento pedagógico que tem grande importância no que se refere ao desenvolvimento das aulas.

Diante disso, é necessário destacar que o quadro branco vem a ser constituído de uma superfície lisa de cor branca, vindo a ser revestido por uma película de material plástico. Sendo assim, o pincel foi desenvolvido com base em um material especial cuja finalidade é ser utilizada no desenvolvimento da escrita feita pelo professor no quadro ao longo das aulas, sendo que, o pincel vem a ser um marcador especial que após ser usado pode ser apagado facilmente com um apagador de lã.

Nessa perspectiva, constata-se que, assim como, qualquer outro produto desenvolvido com uma determinada finalidade, o quadro branco precisa de cuidados especiais, uma vez que, o professor ou o aluno escreve nele com um pincel atômico errado produz marcas permanentes. Assim, o quadro, bem como, qualquer outro instrumento pedagógico precisa ser cuidado em prol de uma longa duração.

2.2. Quadros interativos

O quadro interativo, QI, é uma ferramenta que, quando conectada a um computador, permite controlar o dispositivo apontador, o qual geralmente é

interligado com um mouse. Apresenta diversas funções: quadro branco normal, superfície plana de um projetor multimídia, quadro eletrônico que pode gravar, écran projetado do computador que o controla por toque na tela em vez da utilização do mouse ou teclado.

Essa tecnologia educativa começou nos colégios britânicos no final dos anos 90. Ele controla os programas do computador; do mouse (com uma caneta ou o dedo); o registo do que é anotado/ilustrado, podendo ser disponibilizado posteriormente aos estudantes e/ou explorado pelo professor; a anotação livre, a mão, como um quadro branco; a escolha do fundo como uma grelha, um referencial cartesiano, uma figura geométrica plana ou não plana e etc.; o uso de um equipamento denominada caneta inteligente que facilita o desenho de diversas figuras geométricas espaciais; a realização de transformações como ampliações, reduções, rotações, em diversas formas de uma maneira bastante fácil.

Bell (2002) aponta treze motivos para o uso dos QI:

- 1) seu potencial de apresentações, ao permitir que o professor não se desloque do quadro e saliente diversas particularidades facilmente com o dedo ou uma caneta;
- 2) possibilidade de cor e imagens;
- 3) diferentes sensações, como visuais, auditivas e táteis;
- 4) entusiasmo demonstrado por todos os níveis de ensino no uso dessa ferramenta;
- 5) possibilidade de praticar ensino à distância;
- 6) rentabilização dos recursos, ao maximizar o uso de apenas um computador;
- 7) encorajamento do pensamento crítico dos alunos, seguindo uma base de ensino construtivista;
- 8) não utilização de giz ou outros materiais passíveis de sujar as mãos;
- 9) possibilidade de utilização fácil pelos estudantes com dificuldades motoras;
- 10) interatividade;
- 11) utilização de imagens provenientes de diversos suportes e oportunidade de interação com as mesmas;
- 12) facilidade de armazenamento do que é escrito e de sua impressão, permitindo a discussão de ideias, não limitando a aprendizagem à cópia de conteúdo; e
- 13) caráter de íman que é apreciado por todos.

Vale salientar que o quadro interativo tem se mostrado eficiente para pessoas com deficiências físicas, pois permite, por exemplo, que um aluno consiga brincar, jogar e pintar mesmo com atividade motora comprometida, pois a lousa é sensível ao toque. O aluno que não possui habilidade de escrever pode apenas tocar! Sem dúvidas, é um importante passo para a inclusão desses estudantes. Portanto, o quadro interativo é uma ferramenta com recursos audiovisuais que possibilita a interatividade entre alunos e professores e conseqüentemente uma aprendizagem diferenciada, capaz de promover uma nova visão para o processo educativo,

pautado no uso das tecnologias educacionais, favorecendo a construção do conhecimento de forma mais atraente crítica e reflexiva.

2.4. Projeção multimídia

A cada dia que passa o uso de recursos tecnológicos em especial o retroprojetor, tem se intensificado nas escolas como um dos mais importantes instrumentos a ser utilizado por professores e alunos em meio ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, torna-se essencial destacar que a projeção multimídia vem a ser um desses recursos pedagógicos que estão sendo mais utilizado pelos educadores nos dias atuais, uma vez que, quando usados pelos docentes durante a explicação dos conteúdos as aulas vêm a se tornarem dinâmicas e prazerosas tanto para o professor como para o aluno.

Diante disso, é possível mencionar que nos dias de hoje todas as instituições de ensino espalhadas pelo Brasil estão buscando se atualizar em meio às transformações ocasionadas pelo avanço da tecnologia.

Nessa perspectiva, deve-se ressaltar que a utilização da projeção multimídia nas escolas foi uma ideia que nasceu do Ministério da Educação em conjunto com o uso do projetor de imagem. Com isso, é interessante mencionar que tal ideia foi sugerida pelo secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), o senhor Carlos Eduardo Bielschowsky, em contrapartida a ideia que o mesmo teve em criar um projetor multimídia para ser usado em salas escolares que viesse a ser de uso simples, prático e acessível a todas as instituições de ensino.

2.5. TV Digital

TV Digital é a transformação da TV tradicional, isto é relevante, com tecnologias de computação, processo que permite o telespectador interferir, ou seja, interagir com o que ele está visualizando. No modelo tradicional os únicos tipos de interações possíveis eram: mudar de canal, mudar o volume, ligar e desligar.

Com a TV Interativa, também chamada de ITV, o telespectador pode interagir para mudar não só o sinal de TV que está recebendo, mas também interferir diretamente na programação da mesma possibilitando a escolha de câmeras em um jogo de futebol, ofertas com serviços de vídeo sob demanda, ou até mesmo

participando de votações, de jogos de auditório, e até mesmo escolhendo suas preferências em aplicativos interativos como previsão de tempo, bolsas de valores, notícias de última hora e assim por diante.

TV Digital é a transformação da TV tradicional, isto é relevante, com tecnologias de computação, processo que permite o telespectador interferir, ou seja, interagir com o que ele está visualizando. No modelo tradicional os únicos tipos de interações possíveis eram: mudar de canal, mudar o volume, ligar e desligar.

2.6. O computador

Como a sociedade a educação tem que evoluir de acordo com os avanços que vão surgindo ao longo dos anos. Pois buscar se adaptar aos fatos que ocorrem no contexto social é fundamental para o que diz respeito à evolução da educação, uma vez que, a comunidade escolar tem que caminha junto às mudanças ocorridas no cenário social do país. Uma quantidade cada vez maior de recursos da sociedade se beneficia do uso do computador como recurso tecnológico. De acordo com MORAN,

Cada vez mais poderoso em recursos, velocidade, programas e comunicação, o computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, ideias. Produzir novos textos, avaliações, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto (tutorial), apoiar-se em algo semi-desenhado para complementá-lo até criar algo diferente, sozinho ou com outros. (MORAN, 2000, p.44)

Relacionando a inclusão dos computadores na escola, TAJRA (1998, p.34), diz que, a infiltração dos computadores no ambiente escolar, deve dar conta de um desafio social duplo: preparação dos cidadãos e pedagógico – melhor atendimento às condições de aprendizagem dos sujeitos.

3. PROFESSOR E ALUNO NO PROCESSO EDUCACIONAL MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS

Para que a sala de aula se torne um espaço de aprendizagens significativas, é necessário que os dois atores, professor e aluno, estejam presentes e atuantes, desencadeando o processo de ensino e aprendizagem.

Para Libâneo (2007, p. 309), “o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”.

Ao se pensar o professor como sendo o principal ator no processo ensino aprendizagem onde procura fazer uso das tecnologias investigando e buscando caminhos que transformem a maneira de se apresentar os conteúdos, através da diversidade e inovação na sala de aula ele assume o papel de facilitador da construção do conhecimento pelo aluno e não um mero transmissor de informações.

É preciso destacar que as tecnologias e as metodologias incorporadas ao saber docente modificam o papel tradicional do professor, o qual vê no decorrer do processo educacional, que sua prática pedagógica precisa estar sendo sempre reavaliada. A inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento (BEHRENS, 2000, p. 103).

3.1 A importância da formação dos professores para uso das TIC

Para atualizar e qualificar os processos educativos é necessário capacitar os professores, buscando conhecer e discutir formas de utilização de tecnologias no campo educacional.

Segundo a teoria de MORAN (2000), décadas atrás, bastava ser competente em apenas uma habilidade; agora a complexidade da tarefa é muito maior. Por isso, o domínio de técnicas inovadoras e a atualização contínua de conhecimentos precisam fazer parte da rotina do professor; tornando-se um criador de ambientes de aprendizagem e de valorização do educando.

Torna-se fundamental a reflexão, levando-se a repensar o processo do qual participa dentro da escola como docente, para que consiga visualizar a tecnologia como uma ajuda e vir, realmente, a utilizar-se dela de uma forma consistente.

4. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Tecnologia da informação e comunicação (TIC) tornou-se, num curto espaço de tempo, uma das blocos de construção básicos da sociedade moderna. Muitos

países agora consideram a compreensão das TIC e dominar as competências e conceitos básicos das TIC como parte do núcleo da educação, ao lado da leitura, da escrita e numérica, (ANDERSON, 2002). A maioria dos países enfrenta desafios quanto ao uso do Tecnologia da informação e comunicação porque tem o potencial de transformar os processos de ensino e a aprendizagem, (DU TOIT, 2015). Para definir informações e tecnologia de comunicação (TIC, dois outros termos precisa primeiro ser definido. Informática (Computação Ciência) A UNESCO define a informática como a ciência lidar com o design, realização, avaliação, uso, e manutenção de sistemas de processamento de informação, incluindo hardware, software, organização e aspectos humanos, e os aspectos industriais, comerciais, implicações governamentais e políticas destes.

Quando os primeiros computadores fizeram sua entrada escolas no final dos anos 1970, costumávamos falar sobre computadores na educação. Com computadores vieram impressoras, disquetes, scanners e os primeiros câmeras digitais. Começamos a usar o termo TI ou Tecnologia da Informação, para descrever computadores e estes vários dispositivos periféricos. Então a internet chegou junto com redes de computadores, o Mundo Wide Web, e-mail e motores de busca. Um novo termo entrou na língua - TIC. O termo TIC, abreviação de Tecnologias de informação e comunicação, abraça as muitas tecnologias que nos permitem receber informações e comunicar ou trocar informações com os outros.

4.1. TIC em Matemática

O briefing baseado em uma análise de pesquisa sobre o uso das TIC pelos professores em matemática resume as principais descobertas e sugere recursos para leitura adicional. A disponibilidade das TIC mudou a natureza do ensino e da aprendizagem em matemática.

As calculadoras tornaram-se mais avançadas, permitindo usuários para executar funções cada vez mais complexas. Existem vários dispositivos portáteis que permitem aos alunos coletar dados e manipulá-los usando planilhas e bases de dados. Programas de software multimídia focam unidades específicas de estudo, trazendo movimento dinâmico, som e gráficos para a aprendizagem dos alunos.

Brinquedos programáveis ou robôs de chão controlados por instruções em linguagens de programação eram um dos as primeiras aplicações de TIC em

matemática, e onde utilizados, foram a causa de mudanças significativas em matemática ensino. O uso de TIC em matemática inclui o uso efetivo de calculadoras, produção de gráficos e gráficos e trabalhar com formas geométricas. o contribuição que as TIC podem fazer para o ensino de matemática • tarefas de resolução de problemas • prática de habilidades numéricas • explorar padrões e relacionamentos.

4.2. O uso da TIC para melhorar educação matemática

A literatura revela várias maneiras de conceituar a maneira pela qual a tecnologia pode impactar no ensino e aprendizagem. Estes incluem: tecnologia como uma ferramenta cognitiva (Jonassen, Peck e Wilson, 1999), a computador como um dispositivo mental e computacional (TESSMER E JONASSEN, 1998), o computador como uma ferramenta para o ensino de alunos (ROBLEYER, 2008), o modo como o computador atua na aquisição de habilidades cognitivas (Pappert, 1980) e o uso de computadores como uma ferramenta para melhorar a aprendizagem dos alunos (SCHOENFIELD, 2000).

No ensino e aprendizagem de matemática, as crenças dos professores sobre a aprendizagem da matemática com ou sem o uso da tecnologia é considerado importante porque pode influenciar o ensino e a aprendizagem, e reforma curricular. Por exemplo, Schoenfeld (1987) argumentou que as crenças do professor de matemática podem ser pensadas como perspectivas individuais sobre como se engaja em tarefas matemáticas e pedagógicas práticas.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo e enfoque da pesquisa

O objetivo foi investigar práticas pedagógicas efetivas que conduzem à melhor qualidade no processo de ensino e de aprendizagem pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

O estudo enquadra-se no desenho de pesquisa ação onde se realizará o estudo num período mínimo de seis meses, sem manipular variáveis, mas análise dos dados no estado natural do fenômeno.

A pesquisa foi baseada na pesquisa ação com enfoque misto: quantitativa e qualitativa, seguindo a modalidade de estudo de caso. A pesquisa ação, segundo Thiollent (1981) tem cinco passos: criar um diagnóstico; elaborar um plano de ação; aplicar esse plano durante seis ou mais meses; avaliara a experiência e, finalmente, elaborar uma proposta final de melhoria.

Essa pesquisa possibilita a pesquisadora, uma intervenção dentro da problemática que verifiquei na escola Municipal Neli Maria Santana sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) como recurso facilitador da aprendizagem do educando no contexto educacional na disciplina de matemática.

A decisão de refletir e investigar sobre a prática educativa e a utilização dos recursos tecnológicos de maneira consciente e significativa, onde as tecnologias introduzem diferentes formas de atuação e interação entre as pessoas e ainda a motivação, participação e interação entre os alunos, melhorando o processo ensino aprendizagem, levou-se a implementação de um anteprojeto com o uso da tecnologia. A escola que fez parte desta pesquisa está situada no município de Petrolina, estado pernambucano que tem como atual Secretária Municipal de Educação a senhora Margaret Pereira Costa.

5.2 População e amostra

A escola Neli Maria Santana tem um total de cinco professores que são distribuídas nas series de 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, sendo assim participaram da pesquisa todos esses professores dessa escola fazendo uso dos recursos tecnológicos para desenvolvimento dos conteúdos do 1º bimestre. A escolha desses profissionais da educação foi selecionada por serem professores que lecionam somente no ensino fundamental, onde os mesmos se dispuseram a participar dos questionários escritos.

5.3 Técnicas de coleta de dados

Utilizaram-se o questionário, entrevista e observação. Adotou-se um questionário com questões fechadas e abertas, tendo como público alvo professores do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da Escola Municipal Neli Maria Santana, localizado no município de Petrolina-PE.

Na elaboração do questionário levou-se em consideração os seguintes aspectos: série que desenvolveu o anteprojeto, conteúdos trabalhados da disciplina de matemática, recursos tecnológicos utilizados. Em relação ao uso da tecnologia no conteúdo trabalhado foi analisado o interesse dos alunos, disciplina, motivação, participação, aprendizagem, dificuldade em trabalhar o conteúdo, resultados da utilização dos recursos tecnológicos para o processo ensino-aprendizagem, indicação de recursos tecnológicos que gostaria de utilizar na prática pedagógica que ainda não domina, se aconselha os colegas a utilizar tecnologia em sala de aula pelos resultados obtidos no processo ensino- aprendizagem, se considera importante mudar a metodologia e utilizar mais vezes os recursos tecnológicos e a nota que daria a sua aula utilizando tecnologia.

Os questionários objetivam quantificar quais professores da escola Municipal Neli Maria Santana utilizam ou não utilizam as TIC em sala de aula na disciplina de matemática e quantificar o percentual de alunos que adquirem determinados conteúdos através ou não das TIC sem desmotiva-los.

6. RESULTADOS

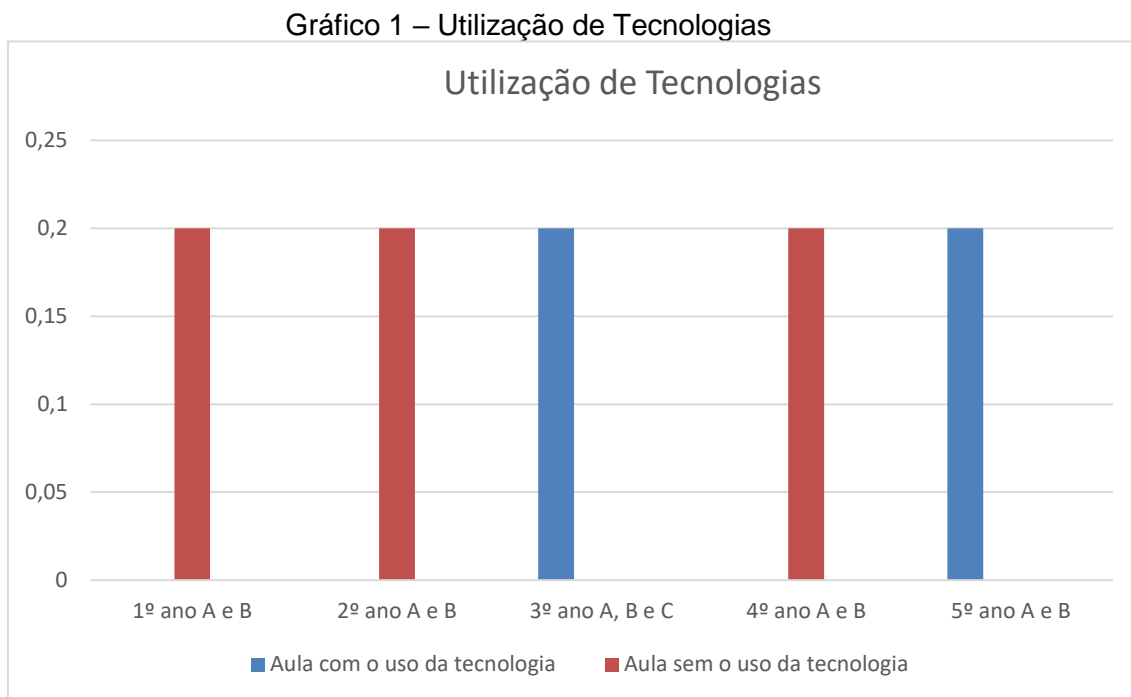
Participaram da pesquisa, relatando suas experiências com o uso das tecnologias, cinco professores do Ensino Fundamental da Escola Municipal Neli Maria Santana.

Percebe-se no relato dos educadores que estes reconhecem a importância de utilizar os equipamentos tecnológicos na prática pedagógica, em especial na disciplina de matemática, mesmo que, algumas vezes sem a devida compreensão dos objetivos e da mudança que deve ser feita.

6.1 Dados quantitativos

Observou-se que foram trabalhados os conteúdos de matemática com as turmas do 3º ano A, B e C e 5º ano A e B do Ensino Fundamental, sendo que 40 % dos professores trabalharam utilizando recursos tecnológicos, totalizando apenas dois professores dos cinco entrevistados.

E 60% dos demais professores trabalharam os conteúdos sem o uso das tecnologias com as demais turmas: 1º ano A e B, 2º ano A, B e 4º ano A e B, totalizando três professores dessa escola, conforme gráfico 1.



Fonte: elaboração própria

Os conteúdos trabalhados foram: nos 1º anos:

- Figuras geométricas planas: quadrado, retângulo, triângulo e círculo. Já nós 2º anos:
- Figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, triângulo e círculo): Identificação de figuras planas iguais em um conjunto de várias figuras em diferentes disposições.

Criação de desenhos utilizando as figuras planas. E nos 3º anos:

- Figuras geométricas planas (quadrado, triângulo, retângulo, losango): Características: número de lados e de vértices (por exemplo, identificar o número de vértices - ou "pontas"- de um quadrado).
- Figuras geométricas espaciais (bloco retangular, cubo, outros prismas, pirâmide, cilindro, esfera): associar as figuras a objetos do mundo real.

Nos 4º anos: - Reconhecimento dos ângulos de 90°, 180° e 360°.

- Caracterização dos retângulos e quadrados pelos números de lados e ângulos.
- Classificação dos triângulos quanto: Aos lados: escaleno, equilátero e isósceles. Aos ângulos: acutângulo, retângulo e obtusângulo.
- Estimar áreas das figuras geométricas planas (triângulo, quadrado, retângulo e losango).

E nos 5^o anos:

- Reconhecimento de:

Ângulos: 90°, 180° e 360°;

Reta, semirreta e segmento de reta, retas paralelas, concorrentes e perpendiculares;

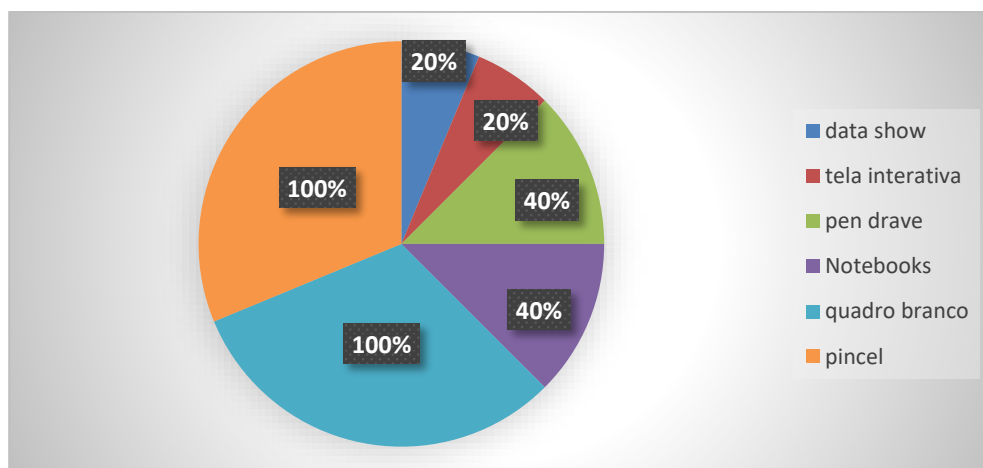
- Classificação de triângulos quanto: Aos lados: escale no, equilátero e isóscele; aos ângulos: acutângulo, retângulo e obtusângulo.

- Estimativas de áreas.

Sendo que todos esses conteúdos estão de acordo com os Parâmetros Curriculares de Pernambuco.

Os recursos tecnológicos mais utilizados foram quadro branco com 100% dos professores utilizando este recurso no conteúdo trabalhado e também, 100% dos professores utilizaram o pincel, já a Datashow e a tela interativa foram 20% dos professores que utilizaram essas duas ferramentas, finalizando 40% dos educadores utilizando notebooks e pen drive, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Recursos Tecnológicos utilizados



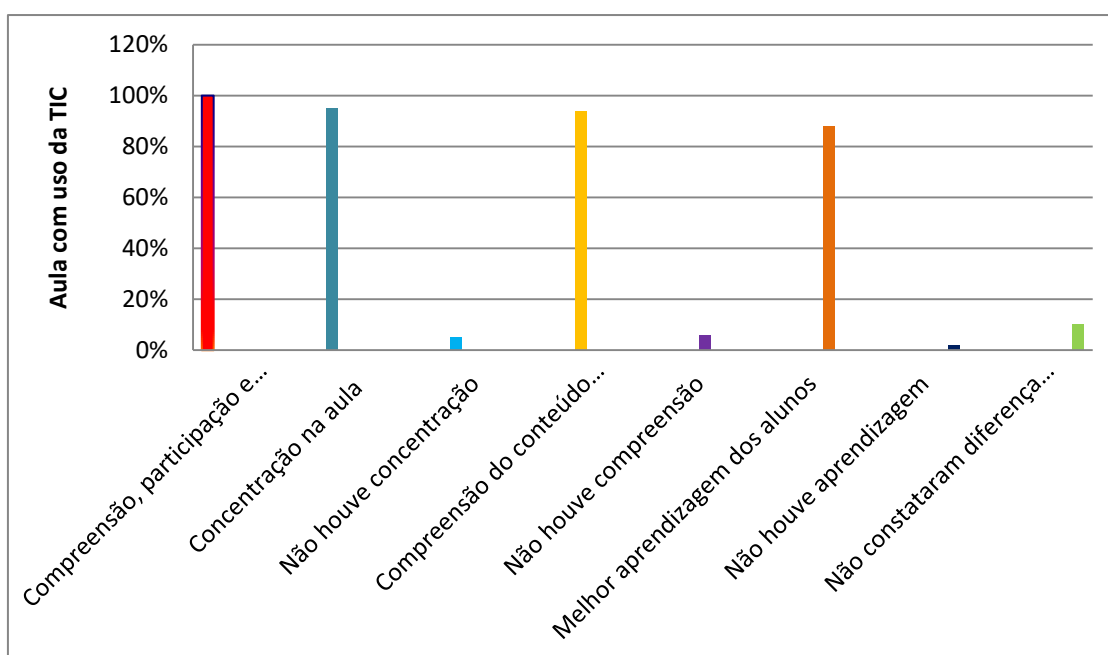
Fonte: elaboração própria

Também foi possível verificar, que quanto ao interesse dos educandos na aula que foi utilizado os equipamentos tecnologias, 100% dos professores responderam que os seus alunos demonstraram mais compreensão, participação e interesse no assunto ensinado. Na disciplina de matemática, 95% dos professores responderam que as crianças ficam mais concentrados aos ensinamentos e 5% dos educadores relataram que não houve mudança no comportamento dos alunos na aula com o uso das ferramentas tecnológicas.

Quanto ao interesse e compreensão dos alunos no conteúdo ensinado, 94% dos professores responderam que os alunos ficaram mais interessados e participativos na aula utilizando as tecnologias e 6% dos professores que não houve nenhuma diferença.

Em relação à aprendizagem das crianças, observação relatada através de avaliações orais, 88% dos educadores citou haver melhor aprendizagem, 2% dos professores citaram que não houve aprendizagem e 10% não constataram diferença na aprendizagem dos alunos ao utilizar a tecnologia no desenvolvimento dos conteúdos matemáticos. Os resultados da utilização dos recursos tecnológicos para o processo ensino-aprendizagem foram melhores para 98% dos professores e não houve diferença no relato de um professor.

Gráfico 3: Análise dos professores sobre o ensino-aprendizagem dos alunos

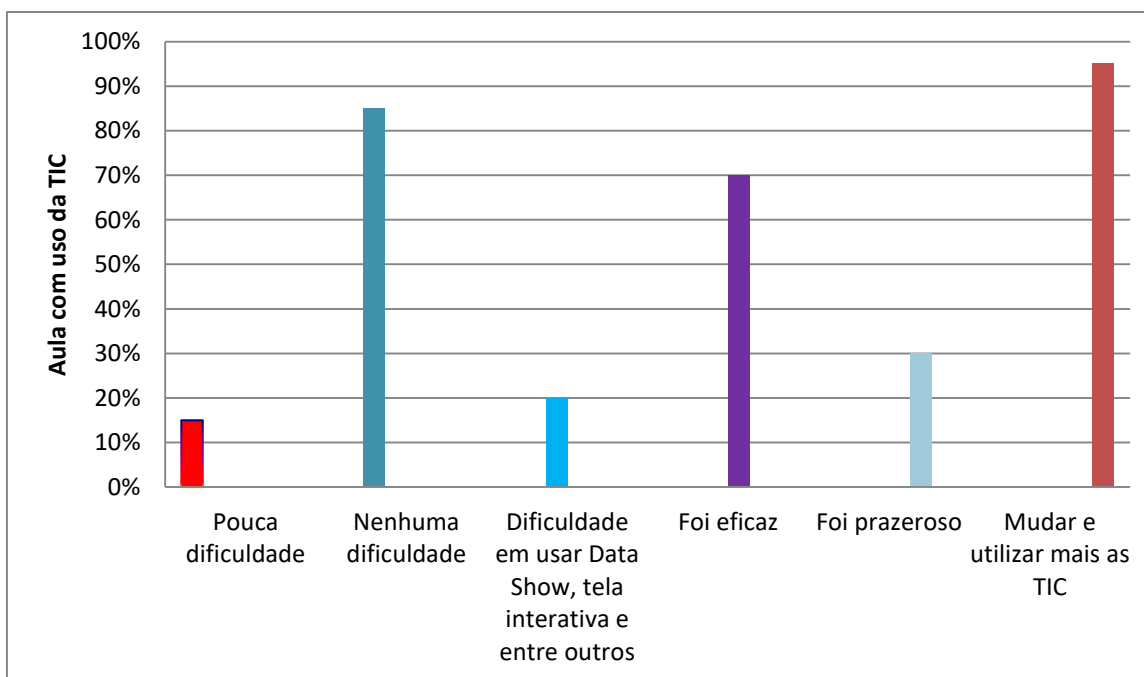


Fonte: elaboração própria

Quanto à dificuldade de utilizar os recursos tecnológicos, 15% dos professores tiveram um pouco de dificuldade para trabalhar o conteúdo utilizando os recursos tecnológicos e 85% dos professores disseram não ter nenhuma dificuldade. Nem todos os professores fizeram uso dos recursos tecnológicos na sua prática pedagógica, disseram estar conscientes da melhoria na qualidade do ensino, e 20% deles disseram ainda sentir dificuldade para trabalhar com o Datashow, tela interativa, na instalação ao computador da caixa amplificadora e da instalação dos microfones exclusivos para o professor.

Todos relataram que aconselham seus colegas de trabalho a utilizar tecnologias em suas aulas pelos resultados obtidos no processo ensino-aprendizagem.

Gráfico 4: Uso da TIC pelo professor



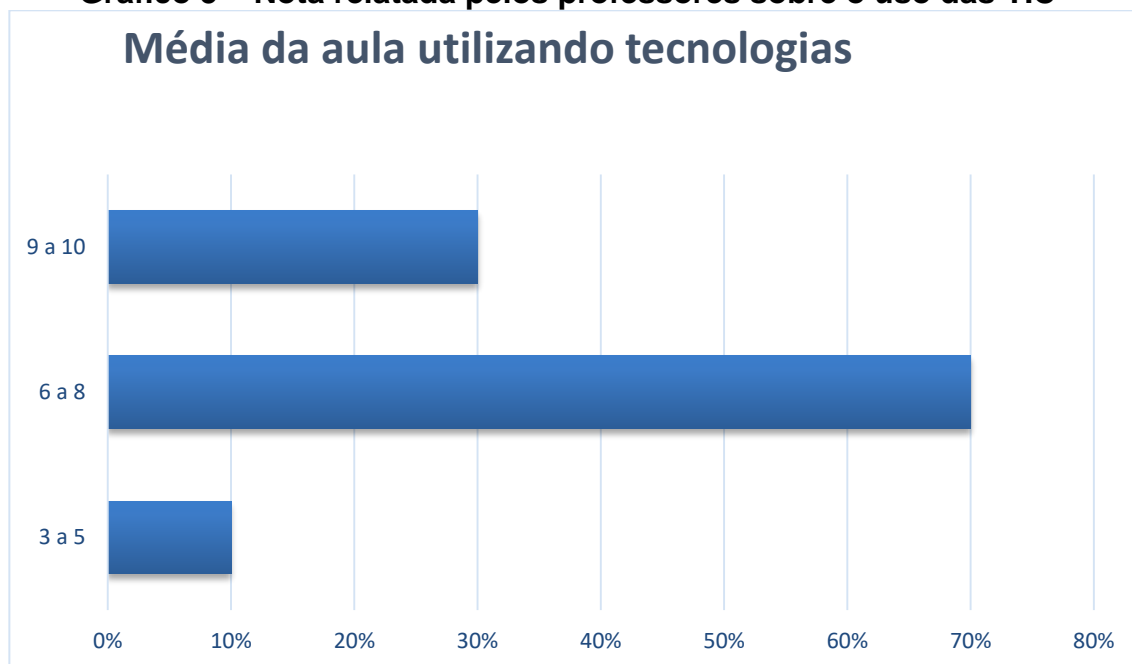
Fonte: elaboração própria

Comparando o conteúdo de geometria trabalhada utilizando os recursos tecnológicos e o mesmo conteúdo trabalhado sem o uso das tecnologias, 70% dos professores responderam que foi muito eficaz e 30% dos professores responderam que o resultado foi prazeroso.

A maioria, 95% dos professores, consideram importante mudar sua maneira de ensinar e utilizar mais vezes os equipamentos tecnológicos.

A nota relatada pelos professores na aula utilizando as tecnologias foi de 03 a 05 para 10% dos professores, 06 a 08 para 70% dos professores e 09 a 10 para 30% dos professores (gráfico 5).

Gráfico 5 – Nota relatada pelos professores sobre o uso das TIC



Fonte: elaboração própria

6.2 Resultados qualitativos

Os educadores dessa escola fizeram alguns mensuraram que o uso das tecnologias, mostrando que o uso da tecnologia nas aulas reforça a melhoria dos conteúdos trabalhados, aumentando o conhecimento, os documentários destacam e direcionam o assunto, a necessidade do uso da internet sendo mais veloz e de capacitação de informática básica aos alunos. Com o uso dos recursos tecnológicos as aulas ficam mais prazerosas e os educadores mais participativos e interessados.

Também informaram da necessidade de ter cursos de formações para o bom domínio dos programas educacionais necessários para a produção de materiais e que as tecnologias contribuem para a aplicabilidade de assuntos que precisam ser mais bem detalhados.

Foi relatado a necessidade de saber perfeitamente como usar com facilidade as tecnologias e ter os recursos tecnológicos de qualidade e eficientes, em condições de uso.

Citaram também que as tecnologias, atual, são necessárias para melhorar a aprendizagem de todos os envolvidos, porém, faltam cursos práticos para uso desses equipamentos tecnológicos tanto para os educadores quanto para os seus alunados. Mesmo nos tempos da era moderna tecnológica, existem alguns alunos que desconhecem de alguns equipamentos da tecnologia, dificultando o avanço do processo ensino-aprendizagem.

Segundo os educadores, quando se utiliza recursos de multimídias os alunos ficam mais atentos ao assunto trabalhado na sala de aula, ou seja, eles prestam mais atenção, pois algo novo sempre traz maior interesse em conhece-lo, há também uma melhor compreensão no conteúdo trabalhado em sala.

Disseram também que são recursos de grande importância, dado às muitas disciplinas e opções que se fazem importantes na agilidade de pesquisas e novos conhecimentos.

Concluíram relatando que o uso dos equipamentos tecnológicos tecnologias é inevitável, que as vantagens em seu uso são incontestáveis e a grande importância de cursos de capacitação.

6.2.1. Desempenho dos professores

Constatou-se um melhor desempenho dos professores, no ambiente escolar pesquisado, buscando novas mudanças em sua prática pedagógica, através do uso das tecnologias exigentes na escola para melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem dos seus alunados.

Apesar de todo desempenho, também se constatou que alguns educadores sentem dificuldades, outros não trabalham com os recursos tecnológicos existentes na escola por não terem tempo em organizarem essas ferramentas que ficam em uma sala separada.

Os educadores que participaram do anteprojeto inserindo a tecnologia no conteúdo trabalhado analisaram a motivação, interesse, participação e a melhoria na aprendizagem dos seus alunos.

Relatou-se ainda, sobre a necessidade de formações continuadas e de capacitação mais eficaz e eficiente no uso dos equipamentos tecnológicos para uma prática pedagógica de qualidade.

6.3. Situação da escola

6.3.1 Características



Figura 13 – Escola: lugar e endereço

Endereço: travessa da rua B, nº 300- Projeto Senador Nilo Coelho N 3- Petrolina- PE. CEP: 56.334.899 - CÓDIGO INEP: 26424711 - CNPJ: 11.106.000/0001-97 - Telefone: (87) 3985- 7111 - E-mail: escolaneli@outlook.com - Data de criação da Instituição Educacional: dezembro de 2008.

Essa escola faz parte da composição do conjunto de escolas municipais da rede pública de ensino da Cidade de Petrolina- PE.

Nessa perspectiva, o anteprojeto foi desenvolvido na referida escola que conta atualmente com 357 alunos matriculados, distribuídos em dois turnos: matutino e vespertino com horário de funcionamento: manhã- 07:30 às 11: 45/ intervalo de 09:30 às 09:45 e tarde- 13:00 às 17: 15/ intervalo de 15:10 às 15:25. Existindo na referida escola somente a modalidade de ensino fundamental (series iniciais- 1º ao 5º ano).

Segundo o PPP- Projeto Político Pedagógica da Escola, a importância da proposta Pedagógica da Escola Municipal Neli Maria Santana leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A instituição tem como função primordial formar cidadãos qualificados e capazes de refletirem e atuarem de forma eficaz, pois vivemos num mundo globalizado que exige cada vez mais pessoas preparadas para atuar na sociedade pós-moderna. Faz-se necessário todo um planejamento, então a proposta

pedagógica é de suma importância para a concretização dos objetivos de toda comunidade escolar, pois além de nortear todo um trabalho discursivo em torno dos pressupostos teóricos e filosóficos que vão reger a atuação da escola, este servirá como base de ação reflexiva e efetiva, uma vez que elenca as metas que guiarão os componentes durante a caminhada.

A elaboração da proposta pedagógica teve início com formações teóricas para os Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino, ministradas por Maria Luciene dos Santos Pereira da Secretaria de Educação de Petrolina, dando continuidade com as orientações recebidas foram feitos estudos nos planejamentos com equipe pedagógica da escola, durante o processo de elaboração da proposta pedagógica foram realizadas entrevistas específicas para os pais, professores, funcionários e representante da comunidade local, com perguntas voltadas as esferas administrativas, comunitárias e pedagógicas, além disso, foram realizadas diversas reuniões para a socialização das angustias e sugestões do grupo no intuito de consolidar a gestão democrática e participativa na busca da educação de qualidade.

A elaboração, aplicabilidade e o sucesso desta Proposta Pedagógica contaram com o empenho coletivo dos membros desta Instituição. Mas é desconsciência dos que o produziram de que está aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos, contemplando, assim, o que consideramos ser essencial no processo educativo: o fazer e refazer das ações pedagógicas no “ritmo “do movimento da história”.

Os encontros aconteceram de forma democrática, os estudos teóricos foram todos envolvidos nas reuniões pedagógicas, a maior dificuldade encontrada, foi as entrevistas com os representantes das comunidades, devido ser pessoas bastante atarefadas, foi difícil de encontra-los em casa.

Seu objetivo é assegurar e fundamentar todo o funcionamento do colegiado, sua estrutura física funcional e também pedagógica, assim como dar garantia e legitimidade para que:

“A escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito á diferença, á singularidade, á transparência, á solidariedade e á participação.” (VEIGA, 1996).

Segundo a LDB nº 9.394/1996, Art.32. Diz que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9(nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6(seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

O parágrafo 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Relato de como a proposta pedagógica foi elaborado, feito pela equipe docente. “Em parte a proposta foi construída através de questionários por escrito respondidos pelos professores, alunos, funcionários da escola e pais ou responsáveis”. Com o objetivo de utilizar as respostas deste questionário como norteador, para atender às necessidades sugeridas pelos mesmos. Na intenção de integrar a família, comunidade e escola. Através dessa parceria garantir um ensino de qualidade para os educandos, visando uma aprendizagem construída com base em valores abordados como: respeito, amor, afetividade, união, amizade, generosidade e honestidade como também na satisfação de todos os envolvidos

CONCLUSÃO

Ao fazer uma ampla pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que, foi realizada em uma instituição de ensino do município de Petrolina – PE na escola Municipal Neli Maria Santana. Pode-se constatar que o uso das TIC pelo professor e aluno são importantíssimas para o processo de ensino-aprendizagem, mesmo no que se refere às tarefas mais simples, como escrever um texto, por exemplo, pois permite que o discente desenvolva habilidades que contribuem com o processo de aprendizagem.

Todos os objetivos foram alcançados no sentido que se fez um diagnóstico e um plano de ação que depois se aplicou por 6 meses com atividades diferentes, onde se coletou informação através de vários instrumentos. Depois se avaliou os resultados e se fez uma série de sugestões para o futuro. Os resultados do processo foi visto e tratado passo a passo.

Nessa perspectiva, constatou-se que as ferramentas tecnológicas contribuem para o desenvolvimento da autoconfiança do aluno no que se refere à capacidade deste vim a viver em um contexto social cada vez mais envolto pela tecnologia. Ao

aprender a lidar com as ferramentas tecnológicas o aluno consegue se sentir satisfeito, uma vez que, hoje cada vez mais a informação em torno do uso do computador é necessária para o pleno desenvolvimento do homem na sociedade na qual vive.

Diante disso, é importante destacar que ao adentrar sobre o contexto da escola campo pode verificar que a sala de informática se encontra fechada desde o início do ano letivo correspondente ao presente ano, uma vez que, em virtude disso nem professores, nem alunos têm como utilizar os computadores em meio ao desenvolvimento das aulas.

A pesquisa identificou aspectos negativos, uma vez que, nos dias de hoje a informática educacional vem a ser um processo e instrumentos necessário para a aprendizagem do aluno, sendo que, por meio dos programas dos computadores o educando pode ter acesso a um vasto campo de informação. Sendo assim, o discente não pode ficar privado de ter acesso com o computador, ou seja, é necessário que algo seja feito o quanto antes para que a sala de informática venha a ser usada na escola campo.

Através desta pesquisa verificou-se que as tecnologias utilizadas como objetivo educacional / pedagógico ampliam as expectativas do educador ensinar e o educando aprender. Quando utilizada com eficácia e de qualidade, a tecnologia pode oportunizar para a produção do conhecimento e a melhoria do processo ensino - aprendizagem.

Assim, o educador necessita buscar conhecer e estar consciente de que o crescimento de tecnologias da informação e da comunicação na área educacional tem mudanças imediatas na sua prática docente e nos processos de aprendizagem, conduzindo para um bom funcionamento de conhecimentos.

Considerando outra identificação que a partir do uso das TIC houve aumento do interesse, participação e motivação dos educandos, a aprendizagem mais significativa e a tornando a aula produtiva e dinâmica, facilitando a situação problema e resolução dos conteúdos.

Para um uso significativo das tecnologias, que traga resultados no processo de ensino e de aprendizagem, evidencia-se a necessidade da formação continuada e o aperfeiçoamento dos educadores quanto ao uso dos equipamentos tecnológicos.

Na identificação das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças no uso das TIC pelos professores, a pesquisa mostrou que o uso da TIC ajudam os alunos a estudarem assuntos usando uma ampla gama de fontes, pois, a maioria dos estudantes estão prontos para aprender novas habilidades, uma vez que a TIC prepara os alunos para o mundo de desafios e traz informações diversificadas, além do desenvolvimento das competências dos alunos para utilizar as TIC nas suas atividades de aprendizagem ao longo da vida. Para os professores têm a chance de planejar atividades curtas, cronometradas e focadas nos seus objetivos principais. Quanto as fraquezas perceberam-se que as TC são usadas para ensinar apenas algumas disciplinas e alguns professores hesitam em usá-las por contas da falta de habilidades. No que tange as ameaças, os custos são altos para obtenção de uma infraestrutura adequada e a falta de capacitação dos professores dificultam e limitam o seu uso no processo educacional. A partir dessa deficiência a pesquisa mensura oportunidades, que seria incentivar a cooperação ativa da escola e setores públicos, bem como a comunidade local buscando a informatização assim melhorar a contribuição da inserção do sistema educacional com ajuda mais ativas desses setores.

Respondendo ao objetivo, elaborar um plano de aula com o uso das TIC pelos professores e alunos na disciplina de matemática considerando a viabilidade no contexto, essa prática foi observada que essa ação além da sua praticidade foi observada que há aumento das motivações e concentrações no processo de aprendizagem, ou seja, métodos que causaram resultados positivos minimizando tempo e maximizando resultados na absorção do conhecimento.

A pesquisa indica, que o desenvolvimento profissional em capacitação sobre o uso da tecnologia no ensino da matemática, na escola pesquisada, contribuiria para a qualidade do ensino em termos de utilização das TIC, pois, é sistêmica que também depende do envolvimento pessoal de um professor além da melhor infraestrutura disponível. Assim, pode-se entender que os investimentos em TIC nas escolas estão tornando-se mais visível e imprescindíveis, dessa forma é necessário e indicado pelo estudo seria melhorando o estado geral dos equipamentos e infraestrutura. Considerando que o papel do professor é crucial para motivar os alunos para o conteúdo de ensino, inclusive da matemática.

Assim, o estudo assinala que a imaginação e entusiasmo dos professores podem superar possíveis deficiências em equipamentos e recursos. Esta pesquisa

mostrou que o uso da TIC leva aos melhores resultados no ensino da matemática na unidade de função linear, independentemente das diferenças individuais dos professores e o impacto que diferentes professores podem ter no sucesso do aluno.

Portanto, o estudo constatou que a TIC é considerada uma ferramenta importante para desenvolver a compreensão sobre os conceitos da matemática. Pois, o desafio para professores é usar TIC de várias maneiras que promovem o pensamento matemática e conceito desenvolvimento de um estudante.

Finalmente, a análise e interpretação dos resultados deste pesquisa chegou a uma série de conclusões que contribui para melhorar o ensino de matemática. Aplicando TIC programas educacionais no ensino de matemática, enquanto processamento de conteúdo nos tópicos inteiros, geometria, resolução de problemas e trabalhar com dados, permite estudantes para facilitar a adoção de conceitos e procedimentos, identificando e identificando resolvendo situações problemáticas em matemática.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J.E. **Informação e Tecnologia de Comunicação na Educação - Um Currículo para Escolas e Programa do Professor** Desenvolvimento. UNESCO 2002, 2002.

BARROS, Celia Silva Guimarães. **Pontos de psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1998.

BEHERENS, Marilda Aparecida, "Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente", em MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

BELL, Carl C.; FLAY, Brian; PAIKOFF, Roberta. **Strategies for health behavior change**. In: **The health behavioral change imperative**. Springer, Boston, MA, 2002.

DU TOIT, J. **Formação de professores e uso de TIC na educação. Novas direções para os dados globais do UIS coleção no contexto pós-2015**. Instituto da UNESCO para Estatísticas, Retrieved , 16 , 2015.

JONASSEN, David H.; TESSMER, Martin; HANNUM, Wallace H. **Task analysis methods for instructional design**. Routledge, 1998.

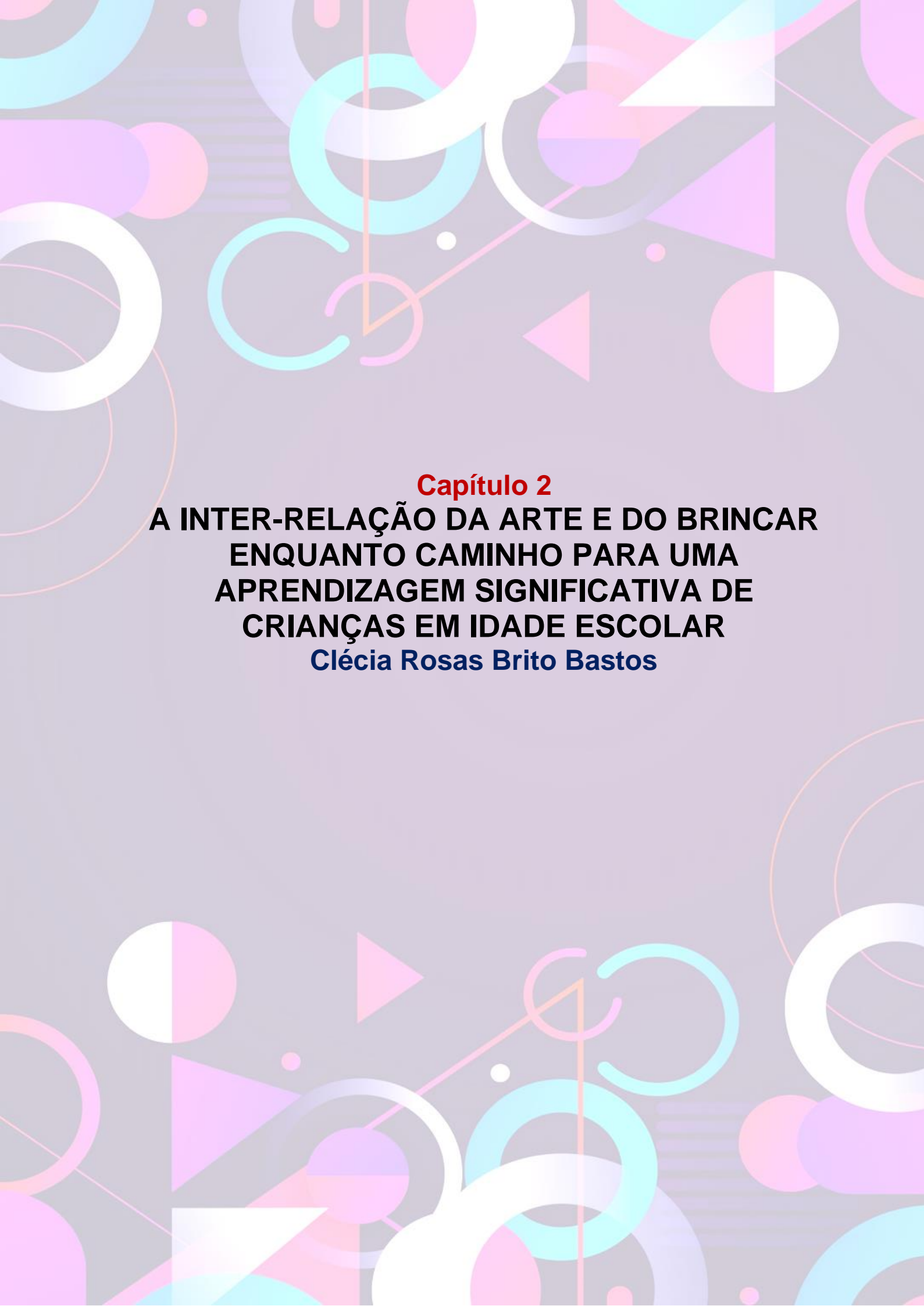
LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MIRANDA, G. L. As novas tecnologias e a inovação das práticas pedagógicas. In 82 A. Trigueiros (Coord.). **Contextos de aprendizagem para uma sociedade de**

conhecimento: Actas das XIV Jornadas Pedagógicas – VIII Transfronteiriças (pp.77- 93). Castelo Branco: RVJ Editores Lta, 2006.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papyrus Editora, 2000.

SERRES, Michel. **Filosofia Mestiça**. Rio de Janeiro: Nov. 1993.



Capítulo 2
A INTER-RELAÇÃO DA ARTE E DO BRINCAR
ENQUANTO CAMINHO PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE
CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR
Clécia Rosas Brito Bastos

A INTER-RELAÇÃO DA ARTE E DO BRINCAR ENQUANTO CAMINHO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Clécia Rosas Brito Bastos

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de La Integración de Las Américas (2018), especialista em Administração Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2003), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2001). Atualmente atua principalmente nos seguintes temas: arte e aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios existentes na sociedade contemporânea é encontrar o caminho, ou caminhos que levem às crianças a uma aprendizagem significativa que não esteja engessada em suas atribuições de formação para o mercado de trabalho. Muitas propostas incluem em seus objetivos a formação ou desenvolvimento de potencialidades, de características como competitividade, individualismo, que enaltecidas e encorajadas desde a infância, sejam internalizadas de forma natural, cumprindo assim sua meta de subordinação à lógica de mercado. Indo na contramão dessa lógica neoliberal, é que se propõe neste artigo, refletir sobre a inter-relação da arte e do brincar enquanto caminho para uma aprendizagem significativa em crianças na idade escolar, desvinculadas do saber tecnicista, voltado exclusivamente para o mercado.

A arte e o brincar trazem em sua configuração inicial a ligação com o lúdico, com o prazer de realizar, com a ação em si do fazer a arte e o brincar. É possível observar a intrínseca relação da arte no brincar e do brincar na arte. É notório que os dois carregam em si as emoções de comprazimento e satisfação nos sujeitos envolvidos, deixando claro a presença de cada um, tanto no fazer artístico, quanto no fazer do brincar.

Sendo o lúdico a intersecção entre a arte e o brincar é que se vislumbra um caminho para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa nas crianças em idade escolar.

Desta forma, o revisitar de conceitos e definições se fazem necessários para a melhor compreensão e posterior reflexão bem como o desenvolvimento do tema proposto.

1. A ARTE E SEUS CONCEITOS

Quando a arte é citada em conversas informais ou em meio a debates acadêmicos, vê-se claramente o consolidar do aspecto de humanidade, que distingue as pessoas dos outros seres dos universos. A arte se configura como elemento precipuamente humano, considerando-se que a produção da arte está intrinsecamente ligada ao fazer humano cultural e historicamente construído. Sobre isso verifica-se que desde os primórdios da história que os seres humanos se expressam através da arte, seja através de objetos de uso cotidiano ou em pinturas que contam o que havia lhes acontecido. Isto é observado desde as pinturas rupestres¹, a objetos confeccionados por civilizações antigas, como egípcios, mesopotâmicos, chineses, Maias, Astecas, etc.

A arte é quase tão antiga quanto o homem. É uma forma de trabalho e o trabalho é uma atividade característica do homem. [...] O homem se apodera da natureza transformando-a. O trabalho é a transformação da natureza. [...] Um meio de expressão – um gesto, uma imagem, um sim, uma palavra – era tão instrumento como um machado e uma faca. Era apenas outro modo de estabelecer o poder do homem sobre a natureza. (FISCHER, 1987, p. 40)

¹ As cavernas de Lascaux foram usadas por humanos, segundo os testes científicos, entre aproximadamente 17.200 e 15.500 anos atrás. Há pinturas de diversos tipos e, em geral, são de animais como cavalos, bisões, cervos, cabras, felinos e outros. Há uma hipótese já comprovada por escavações paleontológicas: eram tipos de animais que se encontravam naquela data, naquela região. Mas o que motivou esses humanos pré-históricos a pintarem ao longo dos 1.700 anos em que permaneceram no local? Algumas pessoas falarão que é ritual, que esses desenhos representam histórias que os humanos daquele tempo contavam uns aos outros. Na verdade, nunca saberemos. A única coisa que podemos afirmar é que tais animais sensibilizavam esses humanos. Eram eles, e não a vegetação, que chamavam a atenção e sensibilizavam grupo social. Eles se dedicavam a olhar, observar e a sentir esses animais a ponto de conseguir reproduzi-los em movimento nas paredes do complexo das cavernas de Lascaux. A natureza sensibilizou o ser humano, e eles, humanos pré-históricos, sensibilizam-nos ainda hoje com seus traços, cores e composições sobre o que era muito importante para eles: os animais da região. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/home>>. Acesso em: 10 març. 2022.

A arte é conceituada dentre tantas definições, como resultado de um fazer humano que é construído historicamente, expressando conhecimento e emoção, saber cultural e social, localizado em um determinado tempo e espaço, podendo assim, se diferenciar dependendo também das variantes espaço, tempo. Neste contexto, Sant’Anna e Trevisan (2017) citam Morais (2001) para exemplificar as variadas conceituações da arte na história da humanidade:

Frederico Morais, curador e estudioso brasileiro das artes, em seu livro *Arte é o que eu e você chamamos de arte – 801 definições sobre arte e o sistema da arte* (2000), deixa claro, já no título, o quanto é desafiador tentar definir o que é arte. Conceito fugidio, ele depende de variantes socioculturais para estabelecer o que será chamado ou não de arte, por exemplo, do contexto histórico da produção artística à sua função social, de como está sendo feita em termos técnicos ao tema tratado. (SANT’ANNA E TREVISAN, 2017, p. 13)

Os autores supracitados reafirmam o caráter “fugidio” das definições sobre a arte, onde o que é arte hoje, poderia não ser considerado como tal em época passada. “E. H. Gombrich inicia seu livro *A História da Arte* afirmando: “nada existe realmente a que se possa dar o nome de Arte” (1993, p. 3).” (SANT’ANNA E TREVISAN, 2017). Para Sant’Anna e Trevisan (2017) a arte segundo GOMBRICH (1993) desbanca “verdades absolutas” sobre o que seja ou não a arte, pois segundo os autores, “o que define um objeto ou uma manifestação como arte é o contexto original e a maneira como hoje nos relacionamos com essa manifestação.” (SANT’ANNA E TREVISAN, 2017). Sobre o estabelecimento da relação entre a arte e sua definição, Coli (1993) em seu livro, “*O que é arte*”, afirma que:

Dizer o que seja a arte é coisa difícil. Um sem-número de tratados de estética debruçou-se sobre o problema, procurando situá-lo, procurando definir o conceito. Mas, se buscamos uma resposta clara e definitiva, decepçomamo-nos: elas são divergentes, contraditórias, além de frequentemente se pretenderem exclusivas, propondo-se como solução única. (COLI, 1995, p. 07)

A arte dessa forma ultrapassa os limites conceituais que podem engessar ou determinar sua existência, estabelecendo-se então, como forma de expressão humana, contextualizada socio historicamente, um artefato da cultura dos povos, onde sua essência reside exatamente nessa pluralidade.

Contemporaneamente, a visão mais comum é a que desaprova tentativas de se determinar o que é arte. Trata-se de uma visão que se despe da busca por uma essência da arte, criando assim um conceito de arte mais aberto e dependente do contexto. Portanto, aquilo que reconhecemos como arte é um artefato cultural que recebe o status de arte, conferido a partir do

contexto (pessoas, espaço e discursos), que o reconhecem e o validam como tal. (SANT'ANNA E TREVISAN, 2017, p.17).

A arte encontra a sua representação através da música, da pintura, do desenho, dança, expressão corporal, artes cênicas, digitais, etc. Nesta representação é possível encontrar o significado daquilo que o artista busca expressar. Para que a arte possa ser reconhecida, observada, realizada, faz-se necessário que ela esteja presente na vida das pessoas de forma consciente e significativa. Esta presença precisa ser cultivada, vivenciada, fazendo parte da vida desde a mais tenra infância, para que se estabeleça essa relação de conectividade e afinidade.

2. A ARTE NA INFÂNCIA

É possível observar que a criança expressa sua arte através do desenho, da pintura, dança ou canto. No entanto, é através do desenho e da pintura que mais se encontra sua expressão de sentimentos e percepção do mundo à sua volta. É também através da arte que se vislumbra essa manifestação de sentimentos, emoções e percepção de mundo, devendo assim ser estimulada e valorizada, principalmente em ambiente escolar.

A arte para as crianças em idade escolar desde a Educação Infantil e crianças que estão nas series iniciais do Ensino Fundamental, favorece não apenas a expressão de suas percepções bem como o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, pois dá acesso a um mundo de sensibilidade, criação, imaginação.

Nos documentos oficiais a arte é dimensionada enquanto propulsora de desenvolvimento de potencialidades, aquisição de conhecimento e aprendizagem significativa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam esse caráter importante da arte para o desenvolvimento da cognição e aprendizagem:

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (BRASIL, 1997, p. 21).

A arte deve ser valorizada em ambiente escolar por favorecer o desenvolvimento de habilidades, potencialidades, inserção cultural, percepção crítica do mundo, além de tornar a aprendizagem prazerosa, “O processo de ensino-

aprendizagem em arte torna-se algo prazeroso, pois o processo de aprendizagem é centrado no desenvolvimento do aluno.” (MATIAS, 2017 P.6) No envolvimento da criança com a arte, é vivenciado também a auto percepção de suas potencialidades favorecendo seu autoconhecimento, como afirma Matias (2017) sobre o processo de ensino-aprendizagem através da arte:

Ele envolve os indivíduos em uma experiência consigo mesmo e o torna capaz de desenvolver o pensamento artístico, então, o aluno vai exercitando sua sensibilidade, percepção, imaginação e a partir desses processos, torna-se capaz de dar sentido as suas vivências particulares. (MATIAS, 2017, p.6)

O vivenciar com a arte através da pintura, do desenho, expressão corporal traz consigo a ludicidade, o prazer do fazer a atividade. Nesta perspectiva observa-se que o lúdico, o brincar não está em dicotomia com a arte, mas, está inserido.

3. O BRINCAR E SUA LUDICIDADE ARTÍSTICA

O brincar assim como a arte fazem parte do humano desde a sua infância, revelando-se como uma referência para a identificação dessa fase humana, que além de revelar seu caráter individual do brincar, também potencializa sua importância dentro das interações coletivas. O brincar permite dentro dos caminhos do desenvolvimento infantil a convivência entre sujeitos diferentes confrontados com situações e comportamentos que ajudarão no desenvolvimento psicossocial e cognitivo. Autores como Ribeiro e Bessa (2016) reafirmam a relevância do brincar para o desenvolvimento da criança em sua idade escolar:

É consenso a importância do brincar para o desenvolvimento. Teorias e estudos atestam que a brincadeira possibilita momentos singulares de interação com os objetos e com o outro, os quais impulsiona a criança para um delicioso e instigante caminho de aprendizagem das coisas do mundo e de si mesma. (RIBEIRO e BESSA, 2016 in Proposta Curricular Para A Educação Infantil Da Rede Municipal De Fortaleza, P. 44)

A ação do lúdico está presente no cotidiano infantil, trazendo novas possibilidades e percepções, agregando aquisição de novos conhecimento e aprendizagens. Dentro desta reflexão a Base Nacional Comum Curricular (2018) coloca o brincar como direito de aprendizagem e desenvolvimento. “Na primeira etapa da Educação Básica, (...) devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de

aprender e se desenvolver: Conviver, **Brincar**, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se.” (BNCC, 2018)

Neste contexto o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)², coloca a importância do brincar para o desenvolvimento saudável da criança:

Brincar é, assim, um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizando a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária nova. Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. (Brasil, 1998, p.23)

A brincadeira é uma maneira natural, original, na qual as crianças interagem entre si, vivenciando além do lúdico, regras de convivência, autonomia e relacionamento social. O brincar com o outro é moldado pela construção cultural vigente naquele espaço e tempo, trazendo em seu bojo costumes e valores assimilados pelas crianças através do brincar. Não obstante, o brincar não pode estar unicamente amarrado às consequências do meio, mas preponderantemente constitui-se também como organizador e gerador de novas descobertas e saberes culturais.

As autoras Oliveira, Solé e Fortuna (2010) corroboram com essas reflexões acerca do brincar enquanto elemento inovador na cultura, embora também seja reflexo, e, afirmam em sua obra “Brincar com o outro”, que a atividade lúdica também aborda uma dinâmica de interações biopsicossociais que favorece o desenvolvimento de questionamentos a cerca da sociedade na qual estão inseridas:

Por outro lado, pode-se considerar que o brincar não vem a ser apenas uma consequência ou reflexo da realidade vivida, mas constitui-se também como um dos grandes geradores e organizadores culturais. Toda atividade lúdica comporta uma dinâmica biopsicossocial intimamente associada a seu contexto espaço temporal. Por meio do lúdico, as crianças e jovens não apenas se desenvolvem, mas também refletem a seu modo sobre a sociedade onde vivem e levantam seus questionamentos, exprimem suas opiniões sobre o que presenciam e, muitas vezes, chegam até a propor novas formas de lidar com situações mal resolvidas. (OLIVEIRA, SOLÉ E FORTUNA, 2010, P. 24)

² Ministério da Educação e do Desporto elabora e publica, em 1998, um documento que apresenta diretrizes pedagógicas para a educação infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

O brincar, a ludicidade, o jogo estão permeados de alegria, prazer, espontaneidade, liberdade e envolvimento. Serve de elo na inter-relação entre o sujeito e a realidade que o compõe, deixando à mostra a liberdade de criação existente em cada indivíduo e o encontro consigo mesmo. Winnicott refere-se ao brincar como a essência da demonstração da criatividade, pois “é no brincar, e somente no brincar que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self). (WINNICOTT, 1975)

A brincadeira em sua dimensão social e enquanto atividade lúdica traz a arte em seu cerne, pois a criatividade e a imaginação presentes nesse agir, enriquecem a potencialidade artística e as competências existentes em cada um.

A arte enquanto ato de expressão, comunicação de sentimentos, emoções e percepções do mundo, traz em si o lúdico, o prazeroso, pois atribui significado ao movimento criativo, seja na pintura, desenho, expressão corporal, canto ou qualquer outro fazer artístico.

As artes expressam, comunicam e atribuem sentido às sensações, aos sentimentos, aos pensamentos e à realidade por meio da organização dos elementos formais da linguagem visual – linha, forma, cor, textura, relevo, volume, luz e sombra, espaço bidimensional e espaço tridimensional, superfície e espaço – na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, etc. O movimento, o equilíbrio, o ritmo, a harmonia, o contraste, a continuidade, a proximidade e a semelhança são atributos da criação artística. A interação entre os aspectos sensíveis, afetivos, intuitivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, confere caráter significativo às artes. (MEYER, 2011, p. 75)

No fazer artístico, assim como no brincar percebe-se a experiência do prazer, da alegria, das emoções e sentimentos, estando interligados, pois os elementos constituintes de um estão presentes também no outro. Vê-se, portanto, a indissociabilidade entre o brincar existente na arte, e da arte existente no brincar.

4. UM CAMINHO PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Os debates que circundam o aprender, fazem questionamentos e propõem que o processo de ensino/aprendizagem seja constituído essencialmente por uma aprendizagem significativa, onde os sujeitos envolvidos possam produzir sentido e significado ao conhecimento que lhes é apresentado. A aprendizagem significativa se dá na medida que o conhecimento novo é ressignificado diante do conhecimento

prévio trazido pelo indivíduo, ultrapassando assim a aprendizagem mecânica. Para que isso ocorra, se faz necessário a existência de duas condições importantes: a disposição para o aprender, e o conhecimento apresentado precisa ser potencialmente significativo para o aprendiz. Sobre a aprendizagem significativa Pelizzari et al (2002) afirmam que:

Para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o aluno precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrariamente e literalmente, então a aprendizagem será mecânica. Em segundo, o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser lógico e psicologicamente significativo: o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio. (PELIZZARI ET AL, 2002, p.38)

A aprendizagem significativa é o conceito central da teoria da aprendizagem formulada por David Ausubel³. Ele afirmava que ocorre a aprendizagem significativa quando o conhecimento novo, a ideia âncora/subsunçor apresentado ao sujeito aprendiz interage com um conhecimento já preexistente.

Dessa forma, a aprendizagem significativa presente no brincar e no fazer artístico é revelada nessa inter-relação da arte e do brincar. Nesta perspectiva as crianças podem construir seu conhecimento a partir dessa inter-relação existente no brincar e na arte que se relacionam de forma mútua nas atividades que são apresentadas pelo professor. “O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (Brasil, 1998a, p.21-22)

O planejamento prévio e a avaliação daquilo que os alunos sabem podem possibilitar a aprendizagem significativa para crianças em idade escolar através do brincar existente na arte e da arte existente no brincar. A interrelação observada se dá dentro do que cada fazer é proposto. Uma atividade de desenho através de uma

³ David Ausubel (1918-2008), graduou-se em Psicologia e Medicina, doutorou-se em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade de Columbia, onde foi professor no Teacher's College por muitos anos; dedicou sua vida acadêmica ao desenvolvimento de uma visão cognitiva à Psicologia Educacional. Ausubel publicou seus primeiros estudos sobre a teoria da aprendizagem significativa em 1963 (The Psychology of Meaningful Verbal Learning) e desenvolveu-a durante as décadas de 1960 e 1970. Mais tarde, no final da década de 1970, Ausubel recebeu a contribuição de Joseph Novak, que progressivamente incumbiu-se de refinar e divulgar a teoria. Com a contribuição de Novak, a teoria da aprendizagem significativa modificou o foco do ensino do modelo estímulo→ resposta→ reforço positivo para o modelo aprendizagem significativa→ mudança conceitual→ construtivismo.

O QUE É AFINAL APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA? Marco Antonio Moreira.
<http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf> visitado em março/2022

brincadeira ou vice-versa. Que sejam estimuladas as ações para que a criança seja desafiada e perceba o seu crescimento, a sua aprendizagem, reelaborando, reconstruindo, ressignificando conceitos e significados.

CONCLUSÃO

A arte e o brincar podem ser vistos como laboratórios onde o sujeito aprendiz pode experimentar novas formas de aprendizagem, de aquisição de conhecimento, de sentimentos e ações, de dialogar e interagir consigo e com o meio que o cerca.

No fazer artístico observa-se o expressar de emoções e pensamentos que revelam além de características individuais, potencialidades que podem e devem ser desenvolvidas. Dentro do fazer artístico pode ser encontrado a ludicidade da brincadeira, deixando a execução da arte muito mais prazerosa e alegre. O desenho, a pintura, a dança, a expressão corporal entrelaçam a alegria do brincar, mesmo que não esteja explícito um jogo ou brincadeira.

A espontaneidade existente no brincar revela seu caráter lúdico, pressupondo prazer, contentamento, descoberta. Através do brincar é possível expressar e expressar-se no mundo, sendo ferramenta também de crescimento pessoal e aprendizagem. Oliveira, Solé e Fortuna afirmam exatamente que “o lúdico vem a ser justamente uma grande e versátil ferramenta de aprendizagem dessa arte, humana por excelência.” (OLIVEIRA, SOLÉ E FORTUNA, 2010)

A brincadeira em sua dimensão social e enquanto atividade lúdica traz a arte em seu cerne, pois a criatividade e a imaginação presentes nesse agir, enriquecem a potencialidade artística e as competências existentes em cada um.

No fazer artístico, assim como no brincar percebe-se a experiência do prazer, da alegria, das emoções e sentimentos, estando interligados, pois os elementos constituintes de um estão presentes também no outro. Vê-se, portanto, a indissociabilidade entre o brincar existente na arte, e da arte existente no brincar. A inter-relação observada se dá dentro do que cada fazer é proposto. Uma atividade de desenho através de uma brincadeira ou vice-versa.

Que sejam estimuladas as ações para que a criança seja desafiada e perceba o seu crescimento, a sua aprendizagem, reelaborando, reconstruindo, ressignificando conceitos e significados, para que a aprendizagem aconteça de forma satisfatória, agregando não apenas conteúdo, mas, valores, sentimentos,

percepções importantes para a construção de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Secretaria De Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Arte. Brasília: MEC/SEF,1997.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COLI, Jorge. Coleção Primeiros Passos Nº 46 O que é Arte. 15ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo – SP, 1995

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

MATIAS, Janielli Fernandes. **A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva**. João Pessoa: UFPB, 2017.

MEYER, Ivanise. Brincar e viver. Projetos em Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MARCO, Antonio Moreira. O que é afinal aprendizagem significativa? <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>visitado em março/2022

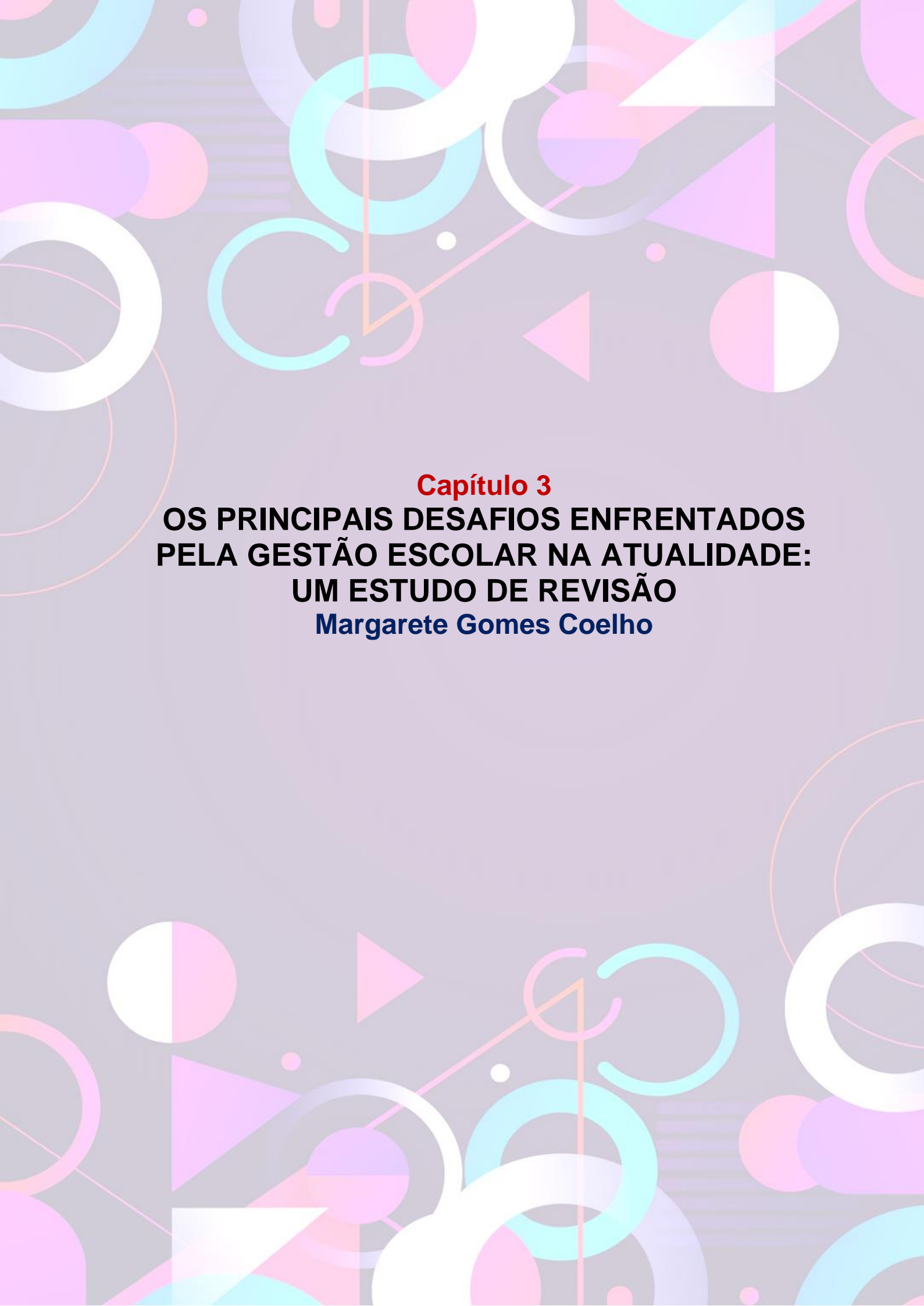
OLIVEIRA, Vera Barros de. SOLÉ, Maria Borja i. FORTUNA, Tania Ramos. Brincar com o outro. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, M. L. Escola não é lugar de brincar? In: ARANTES, V. A. (Org.). Humor e alegria na educação. São Paulo: Summus, 2006a. p.75-102.

PELIZZARI, Adriana et al. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.41-42, jul. 2001-jul. 2002
RIBEIRO e BESSA. Proposta Curricular Para A Educação Infantil Da Rede Municipal De Fortaleza,2016.

SANT'ANNA, Patrícia; TREVISAN, Paulo Sérgio. Estética e história da arte. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. 256 p

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



Capítulo 3
**OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS
PELA GESTÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE:
UM ESTUDO DE REVISÃO**
Margarete Gomes Coelho

OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO

Margarete Gomes Coelho

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (2019), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Educação Montenegro (2010), graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2008). Atualmente é coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Petrolina.

INTRODUÇÃO

A complexidade da educação necessita de um trabalho em equipe colaborativo e integrado. Um gestor deve conhecer os processos de administração, planejamento, estrutura organizacional, gestão, avaliação e prática docente, para a partir daí tomar decisões conjuntas. O gestor escolar hoje é um profissional com muitas obrigações, muitos desafios, é um profissional que deve ter uma boa percepção do que está ao seu redor, saber administrar bem os recursos de sua escola, enfrentar os problemas diários.

A educação ao longo dos anos vem se desenvolvendo através das mudanças de diversas ferramentas advindas de movimentos sociais registrado no seu percurso histórico. Essas mudanças trouxeram novas perspectivas para a gestão escolar, presente no século XXI, que apresenta demanda de perfil competente e adequado para um gestor escolar que venha atuar frente às organizações de uma escola pública. Associando as novas concepções, o novo cenário educacional a gestão deve estar ciente de que suas decisões serão frutos das decisões em comum, oriundas de resultados obtidos com a participação de todos os membros envolvidos nesta conjuntura educacional (Santos,2010).

A gestão escolar tem preconizado que a posição de liderança educacional e a expectativa de democracia passariam a ser responsabilizada pela qualidade do ensino ofertado. As premissas de atuação dos gestores escolares, recomendadas

pelos valores normativos, foram alicerçadas sob os princípios de liderança, de participação coletiva, de eficiência, de competência e de qualidade. (PASCHOALINO, 2017, pag. 117).

Pesquisa mostra que os gestores encontram dificuldades para se adaptar as mudanças, as escolas estão enfrentando um período de rápida transformação na Educação, a nível global. Recentemente a Base Nacional Comum Curricular foi totalmente modificada, estabelecendo aprendizagens essenciais que todo aluno do ensino infantil, fundamental e médio devem desenvolver e aplicar as competências geradas pela BNCC(L.M/2013).

O desafio de uma gestão escolar pode estar associado a ações coletivas e democráticas, com a divisão de responsabilidades individuais, que devem ser pautadas num projeto maior, que congrega todos os membros da equipe escolar em torno de objetivos, metas, decisões e compromissos comuns. Acentua-se o caráter político democrático, que deve permear a cultura organizacional das instituições escolares. (Burak e Flack 2010).

São desafios para a gestão educacional na atualidade, estar atento à sua equipe estimulando o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas adequadas às demandas de educação do século XXI. Outro grande desafio de gestão é manter as finanças da escola em dia. Parte desse problema se dá pela inadimplência, mas muitas vezes é também consequência de um descuido com as contas. o desempenho financeiro também depende da captação de alunos e rematrículas. vai além da finalidade de só cumprir as exigências burocráticas e honrar os compromissos financeiros é necessário organização e administração do espaço escolar; s gestão dos recursos físicos, materiais e humanos; cumprimento das leis, diretrizes, estatutos e, organização e planejamento do sistema educacional, trabalhando na elaboração e na execução de projetos pedagógicos.

Na concepção de gestão participativa, Para que os objetivos sejam alcançados é necessário ações coordenadas pelos agentes do processo. A equipe gestão, dentre os profissionais, o gestor/Coordenador que são capacitados para articular o corpo docente alunos e comunidade escolar intervindo com o Esforço coletivo, Planejamento, Organização e administração do espaço escolar , Recursos, Formação continuada, Projetos políticos pedagógicos, Avaliação, Comprovação e Avaliação do funcionamento da escola (LIBÂNEO, 2010, p.7).

As tecnologias aliadas a gestão escolar podem colaborar para uma escola dinâmica e colaborativa em que todos participam e compreendem o processo de ensino aprendizagem, uma articulação entre o administrativo e o pedagógico, facilitando o processo de comunicação interna e externa e possibilitando a gestão do conhecimento produzido pela escola e/ou adquirido pelos vários meios de informação disponíveis” (ALONSO, 2007, p. 33).

Este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão sobre o impacto causado pelo coronavírus na educação brasileira e na gestão escolar e os principais desafios na gestão escolar nos dias atuais descrevendo possibilidades determinantes para um trabalho significativo para garantir melhoria na qualidade educacional.

1. GESTÃO ESCOLAR E PEDAGÓGICA

No âmbito dos processos de organização e gestão escolar, a Constituição Nacional, em seu artigo 208, inciso VII e a LDB 9.394/96, em seu artigo 15, asseguram à gestão escolar a autonomia nas dimensões administrativa, pedagógica e financeira. Vale ressaltar que a autonomia é sinônima de responsabilidade individual e coletiva, com envolvimento da comunidade escolar para alcance das metas estabelecidas.

Entende-se que o trabalho frente uma gestão escolar exige muito trabalho, dedicação, responsabilidade, compromisso, ações inovadoras e, principalmente práticas pedagógicas para auxiliar os professores e alunos no cotidiano do ano letivo. Segundo, Wittmann e Klippel (2012, p. 117) ressalta que:

Para instituir práticas em gestão escolar que expressem e impulsionem a aprendizagem universal, na qual todos aprendam, os agentes da gestão da escola precisam enfrentar os desafios do cotidiano. É nesse ambiente que as limitações, os entraves e as dificuldades provenientes do desgaste da rotina do veneno da burocracia e das indevidas imposições externas precisam ser enfrentadas. Afinal, esses entraves, obstáculos, problemas e dificuldades não deveriam ser motivo para queixas e omissões. Eles são a própria razão que justifica a gestão.

Um grande problema na lista de desafios da gestão escolar é a evasão. São muitas as questões que podem levar um estudante a deixar a escola, como dificuldade de aprendizagem, falta de identificação com os valores da instituição e problemas financeiros. A evasão escolar sem dúvidas é o maior desafio de um

gestor, a lista de frequência deve ser vista todos os dias, afinal, se o aluno abandona a escola é porque algo está errado. Muitas vezes o aluno está desmotivado, com isso, cabe ao gestor trazer novas formas de ensino, onde o aluno possa se sentir entusiasmado e motivado a permanecer na escola.

O que a escola espera da família é uma participação efetiva na vida escolar dos filhos e o apoio às ações da escola, manifestando através do diálogo aberto e sugestões. A escola precisa incluir em sua rotina a presença da família, trazer a comunidade escolar para assumir esse papel de ajuda e compromisso buscando uma organização de trabalho no regimento escolar, no plano de desenvolvimento da escola, no projeto político pedagógico, nos planejamentos e projetos pedagógicos da escola.

De acordo com Santos (2017) o Gestor Escolar deve ser um elemento impulsionador e promotor de boas relações, engaja-se de forma interativa entre todos os seus colaboradores. Grande parte do trabalho é feita por meio de contato com os outros, quer como indivíduos, quer como grupo. A partir disso e como exemplo, a autora complementa o raciocínio dizendo que:

O relacionamento interpessoal na área escolar exige entre outras coisas, habilidades de trabalhar em equipe, pois todos os membros de um grupo são coletivamente responsáveis por seu funcionamento; saber que neste contexto irão sempre surgir momentos de tensão, conflitos, etc. é preciso considerar que esses fatores podem facilitar ou bloquear relacionamentos primordiais, criar um clima de respeito, confiança e buscar estar sempre atento e possibilitar uma boa qualidade nos processos de fundamento e relacionamento na instituição (SANTOS, 2017, p.11).

A gestão da educação vem justamente para alertar que uma escola não é composta por somente um gestor. Assim entendemos que uma escola dirigida por um gestor que articula bem com seu coordenador e que se preocupe com a interação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, irá enfrentar com facilidade todos os desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar sem a preocupação de apontamentos, pois uma escola onde todos estão envolvidos no intuito de melhorar o ensino é uma escola que trabalha em equipe, portanto se surgir eventuais problemas serão atribuídos a todos. Dessa forma, o trabalho do gestor e coordenador deve ser pautado na interação, no comprometimento e na articulação dos seus pares dentro do espaço escolar.

Sousa (2001) afirma que o trabalho liderado pelo coordenador pedagógico de grupo, para ter coerência precisa possibilitar uma atividade

coletiva rumo à superação das fragmentações, hoje comum nas escolas. Segundo PLACCO, ALMEIDA, SOUZA (2011):

[...] em seu papel formador, oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa, então, destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores [...] Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador". (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 230).

Nesse sentido, é necessário refletir no conceito de escola, pois de acordo com Libâneo (2013, p.117) “escola é lugar de compartilhamento de valores e de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas éticas, estéticas”. Nesse sentido, os resultados da formação do indivíduo e suas competências, contribuiriam para a participação na vida social, econômica e cultural.

A gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas comprometidos com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo, de participação, compartilhamento e efetivação dos resultados.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA

A Gestão Escolar Participativa tem como objetivo incluir toda a comunidade escolar: alunos, professores, funcionários e pais dos estudantes – nos processos de tomada de decisão, na programação de objetivos, na implementação de projetos escolares e no auxílio da execução de atividades conjuntas. As instituições adotam medidas e posturas que vão propiciando o ambiente escolar ao recebimento desse novo método de gestão. A gestão participativa na escola é uma parceria entre a instituição e a comunidade onde ela está inserida. Alunos, famílias, professores e funcionários cooperam e opinam diretamente nos processos de gestão da escola, de maneira inclusiva e democrática.

O gestor educacional deve ter atuação de líder, precisa ter motivação, dinamismo, responsabilidade, criatividade e gerar um clima de confiança, transformação, atitudes e estímulos para com os integrantes do corpo docente para

que sigam em direção a uma escola reflexiva, autônoma, participativa visando potencializar os ideais educacionais, incentivando a participação crítica e transformando a escola num verdadeiro espaço de construção do conhecimento. Dentro desta perspectiva, Lück, (2014, p. 96, *apud* LÜCK, 2006a) enfatiza que:

A gestão escolar e a gestão pedagógica devem receber a devida atenção de modo à evitar que uma delas fique defasada, prejudicando a qualidade e o sucesso da instituição. A gestão pedagógica é um pilar da gestão educacional e o gestor que almeja um resultado qualitativo no trabalho pedagógico deve interagir, cooperar, comunicar e motivar sua equipe, a fim de diversificar e potencializar as relações interpessoais mediante situações cotidianas do convívio escolar, ressignificando novas práticas num contexto sócio histórico comprometido com a preparação para o futuro adquirindo conhecimentos e desenvolvendo competências que forme educandos aptos a marcar uma presença na sociedade do amanhã.(LÜCK, 2014, pag. 96).

O maior desafio para a implementação da gestão escolar participativa esteja na direção da instituição. Tarefas muito centralizadas nas mãos dos gestores da escola costumam sustentar uma postura autoritária. Isso dificulta a iniciativa democrática. Afinal, uma gestão centralizadora e burocrática, em que a comunidade escolar não tem voz, engessa os processos e afeta diretamente a pluralidade cultural e social presente na sociedade. Uma escola que implementa o modelo de gestão participativa ensina aos seus alunos, desde cedo, a importância de tomar parte em decisões que envolvem seus interesses e necessidades, bem como de lutar em defesa de demandas coletivas comuns e fazer valer seus direitos dentro e fora da escola.

Para que a gestão participativa na escola seja implementada com sucesso, o principal desafio a ser enfrentado pertence à direção e aos gestores da instituição. É preciso, antes de mais nada, despir-se do papel de “chefe” e detentor do poder, mostrando-se aberto ao diálogo e disposto a ouvir todas as partes envolvidas, acatando sugestões e rebatendo críticas de maneira amistosa e construtiva quando assim for necessário.

É necessário que os gestores deleguem mais as tarefas, devem estimular a participação da equipe, valorizar o potencial de cada um e repartir responsabilidades. Para implementar uma gestão escolar participativa e oferecer uma gestão colaborativa e transparente, fazer com que os gestores abdicuem da

postura de chefes e a substituíam pela de líderes, fomentar a participação familiar na escola, que os alunos sejam protagonistas do processo.

Para os gestores, a gestão escolar participativa facilita a tomada de decisões, pois ajuda a compartilhar responsabilidades. Além disso, ela evita a centralização de tarefas, o que diminui o isolamento administrativo do gestor e melhora suas atividades junto à equipe, Com o auxílio do coordenador pedagógico para difundir uma nova metodologia de ensino para todo o corpo docente.

A gestão participativa abre o espaço para esta interação entre a comunidade e a escola, não é possível alcançar esta meta se não houver engajamento de todas as partes envolvidas na gestão democrática ou participativa, para Lück:

Sua prática envolve o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas. Em suma, participação como engajamento implica envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidade por agir com empenho, competência e dedicação visando promover os resultados propostos e desejados (LÜCK, 2013, p.47).

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é uma prática prevista na Constituição Federal, LDB e no Plano Nacional de Educação (PNE). Em termos educacionais, a constituição foi ainda mais explícita e inovou entre os seus princípios, a “gestão democrática do ensino público” (art.206,VII). Estes dispositivos abriram espaço para a institucionalização de mecanismos de participação na gestão de escolas e de sistemas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96, em seu título II, artigo 3º, inciso VIII estabelece que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; [...]”. As escolas públicas têm como base de ensino a gestão democrática. A partir desta descentralização oportunizada pela Lei nº. 9.394/96.

A Gestão Escolar Democrática surge para fixar novas ideias e estabelecer na instituição, uma orientação transformadora, a partir da dinamização da rede de relações que existe no contexto interno e externo da escola .Ela é formada por diferentes ações: Formação do Conselho escolar; Elaboração do Projeto Político

Pedagógico de maneira coletiva e participativa; determinação e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes e equipe técnica. Assim, a gestão democrática vai além do processo de tomada de decisões, ela identifica os problemas, acompanha e controla as ações na fiscalização e avaliação dos resultados. Dessa forma, com a democratização da gestão é ampliada a participação das pessoas.

Portanto, não basta qualquer gestão e nem tampouco qualquer tipo de educação. Nesse contexto, tem sido atribuída à gestão democrática a melhoria da qualidade da educação. Recorrendo aos artigos 14 e 15 da Lei de diretrizes e bases da educação de n. 9.394, de 1996, vale ressaltar que:

Art.: 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
Art.: 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

A gestão democrática tem como possibilidade, estimulado pelo gestor, ações que favoreçam o acesso as TIC como uma forma de potencializar o processo de ensino aprendizagem dos alunos. A atuação do gestor escolar deve ser articulada em todas as esferas pedagógica, administrativa, financeira, estimulando a formação continuada. E deve levar em consideração a especificidade de cada escola a sua constituição histórica, cultural, social.

Burak e Flack (2010) defendem uma gestão escolar democrática em que a coletividade possa se manifestar através da participação efetiva nas decisões e ações da escola. Participação e autonomia são, segundo esses teóricos, fatores fundamentais para que a escola construa um espaço de gestão escolar democrática. A partir desse conceito, compreendem também que a figura do gestor muda do administrador para o líder democrático, que busca ser um integrador da comunidade escolar, almejando ser também um conciliador das diversas opiniões e anseios desse grupo.

O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar, nas ações desenvolvidas na escola. Envolver a comunidade escolar é tarefa complexa, pois articula interesses, sentimentos e

valores diversos, de forma a garantir qualidade para todos os alunos. O processo de gestão deve coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação nas escolas em específico. Indo além, discute a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos das escolas, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados, acompanhamento, avaliação e retorno de informações. Por fim, precisa apresentar transparência através da demonstração pública de seus processos e resultados .

Define-se, pois, a gestão democrática como o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões: envolve a consciência de construção de conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como um todo. (LUCK, 2018, p. 57)

Desenvolver a autonomia e a participação da comunidade favorece a democratização dos processos educacionais

[...] por isso mesmo, a autonomia precisa ser gerida, implicando uma corresponsabilidade consciente, partilhada, solidária, de todos os membros da equipe escolar, de modo a alcançar, eficazmente, os resultados de sua atividade – a formação cultural e científica dos alunos e o desenvolvimento das potencialidades cognitivas e operativa. (LIBÂNEO, 2017, p.119)

Conforme Albuquerque (2015, p.11) “uma atuação de forma democrática, participativa e descentralizada pode sim tornar o ambiente escolar melhor, visto que a partir dessa perspectiva se faz possível ter uma visão ampla e acolhedora desse espaço”. Com isso, é preciso que a gestão democrática aconteça de fato e não se adote apenas a simples adoração de uma fala democrática para melhorar a estética dos modelos de gestão atuais.

Para o autor ainda residem elementos da gestão centralizadora, onde as responsabilidades não são delegadas, nem distribuídas, tudo se desenrola nas mãos do Gestor Escolar, e este, muitas das vezes, governa e age com desconfiança.

Assim, para uma gestão ser eficiente é necessário o envolvimento de todos, uma participação efetiva dos interessados, gestores, pais, alunos, funcionários, professores e representantes da comunidade. Portanto, o objetivo desse estudo é propor estratégias de implantação de uma gestão participativa no ambiente escolar, segundo os princípios e concepções da gestão democrático-participativa de Libâneo (2013).

4. GESTÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular acatou diversas modificações para a educação nacional. Uma delas é o importante enfoque na tecnologia na sala de aula, visto que os alunos da Geração Z estão viajando em ambientes imaginários. O progresso tecnológico aproxima-se do cotidiano a partir de aparelhos conectivos como smartphones e tablets, igualmente na forma da internet e da conectividade plena.

O desafio que encontramos, hoje, nas tecnologias digitais em sua rotina, adotando computadores, *tablets*, celulares e outros equipamentos, em modificar as formas de lidar com o planejamento das aulas. o modelo online Percebe-se, dessa forma, uma preocupação com a formação do professor para o uso das tecnologias digitais em suas aulas e verificamos que as pesquisas nesta área reforçam essa necessidade (GUERRERO & KALMAN, 2010; PRENSKY, 2010).

Será necessária, a superação dos desafios enfrentados pela gestão, coordenação e demais segmentos e juntamente com esses aconteçam mudanças onde se perceba a importância do coordenador pedagógico dentro desse processo, pois é um profissional responsável por formar e manter a equipe escolar coesa, empenhada e firme no propósito assumido na proposta de trabalho da unidade escolar.

Nessa perspectiva, propostas de integração das metodologias ativas, sempre que possível apoiadas em tecnologias digitais, configura-se como forma de oferecer diferentes experiências de aprendizagem aos estudantes e, portanto, têm sido consideradas estratégias adequadas para lidar com esses desafios. Na reflexão sobre a formação continuada ou inicial de professores para o uso de metodologias ativas, pensar a melhor forma de implementação das diferentes propostas na realidade brasileira é um dos maiores desafios, mesmo por que, não há uma realidade brasileira é essencial o envolvimento da equipe de gestão da escola, aprovando essas modificações e avaliando o impacto dessas mudanças nas ações de ensino-aprendizagem e na instituição como um todo. Entretanto, precisamos pensar na integração das tecnologias digitais de forma criativa, crítica e que possam ser usadas em todo o seu potencial, oportunizando aos alunos um ensino mais personalizado, significativo e colaborativo.

O ambiente digital surge como uma nova perspectiva no contexto escolar, abrindo espaço para uma maior interação humana mediada pelos gêneros eletrônicos, através da interdisciplinaridade. A linguagem universal e compartilhada no mundo inteiro, transforma o aprendizado do aluno, inserindo-o como sujeito social no contexto educacional e na tecnologia simultaneamente (DIAS; CAVALCANTE, 2016, p. 163).

O gestor precisa estabelecer um sistema de comunicação escolar que facilite o contato entre todos os envolvidos para melhorar a experiência educacional dos alunos e de todos os envolvidos. Manter canais abertos com a escola, criar grupos com os responsáveis no WhatsApp. Manter as páginas da instituição nas redes sociais também ajuda no processo de comunicação com o público interno e externo. O uso dos aplicativos tecnológicos como forma de conexão entre os pais, escola e alunos é uma boa solução para a modernidade dos dias atuais. Porém, esses aplicativos precisam ser o mais acessível possível e de fácil utilização, devido a forma que os pais vão fazer a leitura, e para que haja sucesso na interação.

Pois, diante das grandes mudanças e transformações na área tecnológica, é preciso que o gestor e sua equipe esteja consciente da realidade para saber lidar com novas situações e estar de acordo com o perfil que a escola precisa, além de estar sempre aprendendo e atento para uma visão de futuro, para refletir sobre a prática do processo ensino-aprendizagem no sistema educacional.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada baseada numa análise bibliográfica e uma pesquisa de campo através de um questionário enviado por via Google form abordando os limites e possibilidades destas relações dos gestores em relação aos desafios no seu ambiente escolar. Por esse âmbito entre as bibliografias pesquisadas temos a lei que orienta as ações educacionais brasileiras a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, artigos publicados no período entre 2010 e 2020, nos idiomas português e inglês. Os artigos foram selecionados utilizando as palavras-chave: Gestão pedagógica, participativa e democrática.

6. RESULTADOS

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, foi possível destacar algumas concepções que merecem fazer parte dessa pesquisa. A gestão escolar é

um dos temas mais importantes e pauta de muitas reivindicações desde o início de sua criação. As reformas educacionais trouxeram muitas mudanças no paradigma da educação. É de extrema relevância a compreensão e participação de todos agentes nesta nova concepção de gestão, que está definida, em nossa Constituição e na LDB.

A pandemia da Covid-19 fez com que o ensino remoto tivesse que ser implantado às pressas nas escolas. Especialmente, por conta do fechamento das instituições de ensino regular e profissionalizante para conter o avanço da doença. Além do próprio desafio referente ao uso das TIC, também se percebe a necessidade de formação dos pais, professores e gestores de escola. A rápida disseminação do novo coronavírus por todo o mundo, as incertezas sobre como controlar a doença e sobre a seriedade da Covid-19, além da imprevisibilidade acerca do tempo de duração da pandemia e dos seus desdobramentos caracterizam-se como fatores de risco à saúde mental da população geral (Zandifar; Badrfam, 2020).

Conforme FILIPPIN (2013), toda organização que abrange a gestão escolar perpassa pelos aspectos administrativos, físicos, pedagógicos e sociais, não apenas por uma esfera particular e individual. E estes aspectos precisam estar bem articulados para contribuir com uma escola de qualidade, para que a mesma possa atingir suas metas e objetivos. Garay (2011) afirma ainda que a gestão é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis como o ato de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos da escola para que os objetivos sejam alcançados.

Estudo de LUCK (2014) mostra que a gestão escolar e a gestão pedagógica devem receber a devida atenção de modo à evitar que uma delas fique desatualizada, prejudicando a qualidade e o sucesso da instituição. A gestão pedagógica é um pilar da gestão educacional é na gestão que almeja um resultado qualitativo no trabalho pedagógico deve interagir, cooperar, comunicar e motivar sua equipe, a fim de diversificar e potencializar as relações interpessoais mediante situações cotidianas do convívio escolar, ressignificando novas práticas num contexto sócio histórico comprometido com a preparação para o futuro adquirindo conhecimentos e desenvolvendo competências.

O conceito de gestão participativa é discutido para que tenha resultados na prática, há que se desenvolver um processo de gestão compartilhada,

colaborativa, com o envolvimento de todos os interessados, os gestores, os professores, os alunos, os colaboradores, os pais e/ ou responsáveis e a comunidade, adquirindo um formato democrático, assim sendo, “a organização escolar democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação”. (Libâneo 2013).

Relacionado na gestão da educação, bem como as medidas pautadas na gestão democrática com base nos documentos legais tem como princípios básicos os de “flexibilização, trabalho em equipe, respostas rápidas e criativas às demandas, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”. (Cury apud PERONI, 2012).

O envolvimento dos gestores escolares na articulação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, na liderança do processo de inserção das tecnologias digitais na escola em seus âmbitos administrativo e pedagógico e, ainda, na criação de condições para a formação continuada e em serviço dos seus profissionais, pode contribuir e significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados .”tornar utilizáveis os recursos tecnológicos”. (ALMEIDA, 2009, s/p).

Corroborando com a afirmação do envolvimento dos gestores escolares compreende-se que o processo de tomada de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discussão e deliberação conjunta. Assim, o gestor escolar, na dimensão política, exerce o princípio da autonomia, que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. O Coordenador Pedagógico é um profissional que tem por função primordial a organização e a coordenação de todo o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola (Soares 2011).

Assim entendemos que uma escola dirigida por um gestor que articula bem com seu coordenador e que se preocupe com a interação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, irá enfrentar com facilidades todos os desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar sem a preocupação de apontamentos, pois uma escola onde todos estão envolvidos no intuito de melhorar o ensino é uma escola que trabalha em equipe, portanto se surgir eventuais problemas serão atribuídos a todos. Dessa forma, o trabalho do gestor e coordenador deve ser pautado na interação, no comprometimento e na articulação dos seus pares dentro do espaço escolar.

CONCLUSÃO

Os novos desafios a serem enfrentados pelos gestores na atualidade, exige diferentes conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas. A escola necessita de gestores e professores mais dinâmicos e participativos. As ações do gestor articulam o acesso e a participação da comunidade escolar. A gestão escolar deve socializar e incentivar o uso das tecnologias como aliadas nas metodologias de sala de aula. Tudo isso desencadeia muitos fatores emocionais e psicológicos, muita frustração e ansiedade, principalmente pela parte docente e dos gestores.

A função do gestor escolar se reveste de uma das mais importantes atividades no campo da educação, a necessidade da competência de liderança na sua ação pedagógica-administrativa diretamente associadas às escolas eficazes, àquelas que fazem a diferença no aprendizado dos seus alunos. Para tal, torna-se necessário que exista uma comunicação também eficaz entre os líderes e os seus liderados, criando um ambiente útil de confiança e de interação. Compete à gestão escolar, trabalhar em ações conjuntas, fortalecendo os mecanismos de participação dos segmentos escolar, nos processos de tomada de decisão, interagindo no meio escolar de forma articulada, a fim de promover a democratização do ensino de qualidade e das aprendizagens efetivas.

Durante a pesquisa notou-se que a formação continuada passa a ser vista como instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências, envolvendo valores, conhecimentos e habilidades para lidar com as mudanças aceleradas, nos contextos complexos e diversos. Na atuação de gestores escolares, uma significativa mudança no processo de formação de profissionais para a gestão das escolas, com capacidade de interagirem com as novas tecnologias da comunicação e da informação, recomenda-se que gestores educacionais e escolas busquem diminuir o medo, a tristeza e a frustração por parte dos professores e alunos com apoio tecnológico da internet e computadores, para que consigam atingir o objetivo proposto nesse novo calendário escolar brasileiro com as aulas remotas, visando uma educação pública com qualidade.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, Graziela Zambão; HOJAS, Viviane Fernanda; OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. Formação e função e formas de provimento do cargo do gestor escolar: as diretrizes da política educacional e o desenvolvimento teórico da administração escolar. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 399-419, 2012. [[Links](#)]

ALMEIDA, M. E. B. de. Gestão de tecnologias na escola: possibilidades de uma prática democrática. 2009. Disponível em: . Acesso em: 17 jul. 2014. ALMEIDA, M.; e RUBIM, L. O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola: experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem. São Paulo: PUC – SP, 2004.

ALONSO, M.. Formação de Gestores Escolares: Um Campo de Pesquisa a Ser Explorado. In: ALMEIDA, M. E. B. de & ALONSO, M. (orgs.) *Tecnologias na formação e na gestão escolar*, São Paulo: Avercamp, 2007.

ARANTES, Elaine. **Ética e relações interpessoais**. Rede e-etc Brasil. Instituto Federal do Paraná. Curitiba-PR. 2013.

ALVES, Gabriel Cunha. Desafios da gestão escolar frente à pandemia de Covid-19. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 33, 1 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/33/desafios-da-gestao-escolar-frente-a-pandemia-de-covid-19>.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Ministério da Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em 27-06-2013: uma questão paradigmática.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9394. Brasília, 1996.

BERALDO, Fernando; PELOZO, Rita de Cássia B. A gestão participativa na escola pública: tendências e perspectivas. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, Garça, v. 5, n. 10, jul. 2007.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.

BURAK, Dalila Maria Antoneche; FLACK, Simone de Fátima. Concepções de gestão escolar presentes no trabalho do diretor nas escolas municipais em Ponta Grossa-PR. In: *JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR*, 10, 2011, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2011.

CARVALHO, Elma Júlia G. de. Gestão escolar: da centralização à descentralização. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, a. 9, v. 18, n. 36, p. 39-59, jul./dez. 2012.

CATTANI, Antonio David; HOZLMANN, Lorena (Org.). Dicionário do trabalho e tecnologia. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

COSTA, Maria Antonia Ramos. A Função do Gestor Escolar. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/a-funcao-do-gestor-escolar/44851/> Acesso em Janeiro de 2016.

CARVALHO, Elma Júlia G. de. Gestão escolar: da centralização à descentralização. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, a. 9, v. 18, n. 36, p. 39-59, jul./dez. 2012.

FILIPPIN, Tagiane Michele. Gestão Escolar Democrática: Dificuldades, Especificidades E Possibilidades A Partir Da Revista Nova Escola. UFSM - 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/512/Filippin_Tagiane_Michele.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

LIBÂNIO, José Carlos. *A organização e a gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. *A organização e a gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Heccus, 2013

_____. *Organização e gestão da escola – teoria e prática*. 6^oed. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

LÜCK, Heloisa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Lück, Heloísa. *Liderança em Gestão Escolar*, 168 págs., Ed. Vozes, Petrópolis, RJ. 2014.

LÜCK, H. *Ação integrada-Administração, Supervisão e Orientação Educacional*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Liderança em Gestão Escolar**, 168 págs., Ed. Vozes, Petrópolis, RJ. 2014.

_____. *O Sistema de organização e gestão da escola*. 2010. Disponível em: Acesso em: 13/10/2018.

OLIVEIRA, Juscilene da silva; GUIMARÃES, Maria Campos Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar**. R.C.C.E.S.A.R. v. 1, n. 1, p. 95-103, 2013. Disponível <<http://www.faculdefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-19-0.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

PARO, Vítor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (Org.). *Políticas educacionais e organização do trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **Desafios da Gestão Escolar**, 340p. Belo Horizonte: Studium Eficaz. MG, 2017.

PERONI, V. M. A democratização da escola em tempos de parceria entre o público e o privado. In: **Rev. Pró-posições**, Campinas, v. 23, n.2 (68), p. 19-31, mai/ago. 2012.

TAJRA, Sanmya Feitosa. *Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade*. 8ª edição. São Paulo: Érica, 2008.

SANTOS, Carla Cristina Sousa dos. **A INTERFERÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA GESTÃO ESCOLAR**, 2017. F 162. Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Fernando Pessoa. Disponível em :<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6037/1/DM_Carla%2520Santos.pdf&ved=2ahUKEwjs6vb4_7zrAhWCHrkGHdGpAo0QFjABegQICxAG&usg=AOvVaw2eDtunJ-z0IJHVur_yvQb>. Acesso em 16 de agosto de 2020.

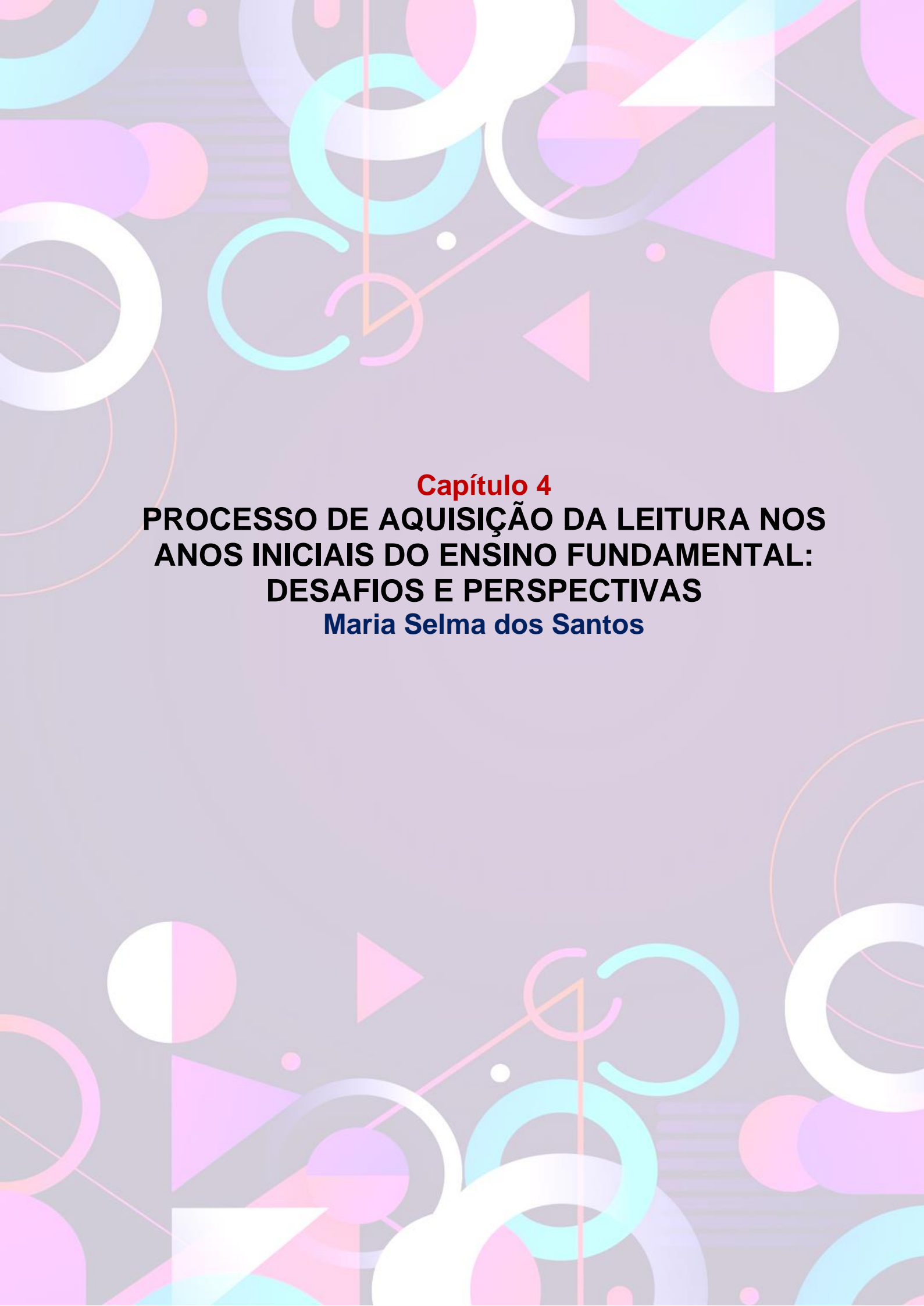
SOARES, M. A. S. *O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico*. Curitiba, Ibpex, 2011.

VELOSO, Luísa; ABRANTES, Pedro; CRAVEIRO, Daniela. A avaliação externa das escolas como processo social. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, n. 33, p. 69-88, 2011.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Democracia institucional na escola: discussão teórica. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v. 1, n. 2, p. 41-101, jan./jun. 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do trabalho pedagógico - do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

ZANDIFAR, A.; BADRFAM, R. Iranian mental health during the COVID-19 epidemic. *Asian Journal of Psychiatry*, v. 51, 101990, 202



Capítulo 4
**PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**
Maria Selma dos Santos

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Selma dos Santos

Possui graduação em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (2002) e mestrado em Ciências da Educação - Universidad de la Intregación de las Américas (2020). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Mirandiba.

INTRODUÇÃO

É função primordial da escola, ensinar a ler. É função essencial da escola, ampliar o domínio dos níveis de leitura e orientar a escolha dos materiais de leitura. Cabe formalmente à escola desenvolver as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces.

A escola pode e deve trabalhar, desde as séries iniciais, com textos de diversas naturezas; com textos que surjam do cruzamento de linguagens variadas e, evidentemente, com os textos da literatura que criam a possibilidade do indivíduo explorar dimensões não usuais do imaginário coletivo e pessoal. No entanto, uma das manifestações de maior descontentamento entre professores é que os alunos “não sabem ler”, “não gostam de ler”, “não aprendem a ler”, “não entendem o que o professor diz”. Portanto, o tema leitura está mais associado à ideia de fracasso que de sucesso.

Os alunos diante da aquisição da leitura e sua decodificação, em sua maioria, não são capazes de ver o que faz sentido. Portanto, é preciso estimular a prática da leitura na sala de aula para que assim o aluno possa tomar consciência da importância que esta possui no contexto do processo ensino-aprendizagem.

Nesse caso, busca-se levantar reflexões acerca das concepções de leitura, pontuar questões sobre o encaminhamento pedagógico da mesma, além de discutir possibilidades do trabalho docente capazes de permitir o encontro do aluno com atividades de leitura que lhe despertem o prazer de ler, instiguem a imaginação e favoreçam a compreensão da realidade e da cultura que o circundam como prática.

Além disso, discute-se que o fracasso da escola, quanto à formação de leitores, passa pelos mais diversos aspectos, entre eles: pela posição dos livros na escala de valores da tradição cultural, pelo papel que os livros desempenham no sistema educacional, ou ainda, pela própria formação precária de um grande número de profissionais da escrita que não são leitores, tendo, no entanto, que ensinar a ler e a gostar de ler.

A razão da escolha do tema resulta de reflexões e entrosamento pelo assunto abordado, na busca de verificar soluções pedagógicas para as dificuldades encontradas na aquisição da leitura no contexto escolar. É importante ressaltar que a leitura é a base do processo de alfabetização e da formação da cidadania. Nesta perspectiva, cada professor deve ter clareza de que educa e ensina para o desenvolvimento das potencialidades do ser, tanto individual como social. Para isto, é necessário que o professor apresente uma nova postura, buscando o aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos aplicados à leitura e, principalmente, fazendo reflexões sobre o significado do ato de ler. Caracterizar as dificuldades encontradas no início do ensino-aprendizagem da leitura é fundamental, assim como identificar procedimentos pedagógicos concretos para se trabalhar com os alunos que apresentam tais dificuldades. Obviamente, as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental apresentam dificuldades de leitura devido a uma série de fatores.

A relevância dessa pesquisa vem da possibilidade de ampliação dos estudos sobre os temas relacionados à aquisição de leitura nas séries iniciais, em especial no 5º ano. Além disso, os resultados do estudo oferecem possibilidades para professores/educadores rever, adequar e modificar suas práticas pedagógicas, com o objetivo de suprir às necessidades dos alunos.

2. OBJETIVOS

Geral: Analisar as dificuldades no processo de aquisição da leitura no 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal (locus desse estudo).

Específicos:

- a) Identificar os principais fatores que dificultam a aprendizagem da leitura;
- b) Apresentar os principais desafios vivenciados em uma escola pública municipal (locus desse estudo);

- c) Observar as estratégias utilizadas pelos professores de uma escola pública municipal (locus desse estudo) para o ensino da leitura ;
- d) Descrever as contribuições do professor no processo de aquisição da leitura.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se configura com uma investigação de natureza qualitativa visto que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE; ANDRÉ, 2011, p. 13). Dessa forma a interação possibilita maior grau de objetividade aos dados coletados e subjetividade, pois permite a observação das reações dos entrevistados, possibilitando uma maior compreensão do contexto a ser estudado. Segundo Sampieri; Collado e Lucio (2013), a pesquisa qualitativa proporciona profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa contextualização do ambiente ou entorno, detalhes e experiências únicas. Também traz um ponto de vista “novo, natural e holístico” dos fenômenos assim como flexibilidade.

Esse tipo de pesquisa permite flexibilidade ao entender o problema estudado, uma vez que o foco da pesquisa vai sendo ajustado ao longo do processo, se desenvolve e enfatiza a realidade de forma contextualizada por meio de dados descritivos e dados numéricos através de procedimentos estatísticos. Infere-se que a pesquisa dessa natureza não se reduz meramente a uma descrição daquilo que o sujeito fala, mas trabalha com os dados descritivos, que poderão ser analisados e interpretados a partir da veracidade dos fatos, com consenso e flexibilidade, conforme mencionam Lüdke e André (2011, p. 52): “O importante é manter uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações podem ser sugeridas, discutidas e igualmente aceitas”.

Compreender os fenômenos em sua natureza e complexidade se faz necessário para que possamos transformar o ambiente e contribuir com a qualidade da educação ofertada. É necessário criar conhecimentos a partir dos problemas que pesquisamos, para isso é preciso ir além da pesquisa de natureza teórica é preciso o contato direto entre o pesquisador e os sujeitos sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico e cultural.

4. RESULTADOS

PRINCIPAIS FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM DA LEITURA:

- Através de observações e anotações foi possível constatar alguns comportamentos problemáticos destes alunos, a maioria dos problemas como: falta de atenção, distração, perda do interesse por novas atividades, deixar atividades ou trabalhos inacabados, dificuldade para seguir instruções do professor, faltar às aulas foram encontradas na grande maioria nos alunos com dificuldades na leitura e escrita.
- Outro diagnóstico evidente está no fato da grande maioria destes alunos não apresentarem indícios de transtornos que os impedem de aprender, apenas chegaram a um nível de ensino sem a bagagem necessária para continuação do processo de ensino aprendizagem e isso tem causado a desmotivação destes alunos.
- Essa situação preocupante necessita de estudos a fim de descobrir onde está o erro, pois mesmo diante de uma proposta pedagógica que visa à melhoria destes alunos, faz-se necessário analisar o porquê destes alunos estarem desde bem pequenos na escola e mesmo assim não conseguirem avançar na escrita e muitos nem conseguirem desvendar o código linguístico.

DESAFIOS VIVENCIADOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL (LOCUS DESSE ESTUDO):

- Diante da análise feita na escola e demais estudos realizados foi possível constatar que todas as crianças são capazes de aprender ler. Por isso,, a escola deve se organizar no intuito de executar suas estratégias e alcançar o máximo possível de alunos leitores, onde possam escrever e entender o que está escrito para além da mera decodificação, a partir de uma visão questionadora da realidade

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL (LOCUS DESSE ESTUDO) PARA O ENSINO DA LEITURA

- Dentre as inúmeras práticas de leitura compiladas no decorrer do trabalho, algumas foram selecionadas para aplicação na escola buscando contemplar uma variedade

de materiais de leitura, de gêneros textuais, etc.

- A necessidade de selecionar as atividades que seriam aplicadas na escola, deve-se ao fato de que o tempo para implementação da proposta é curto e cada grupo apresenta necessidades próprias. Dentre as atividades aplicadas, algumas apresentam resultados mais positivos do que outras em função do encaminhamento dado a elas, da participação dos alunos e do que realmente estão acrescentando a cada um. Buscou-se também uma continuidade no trabalho de um encontro para o outro, apesar de que o grupo de alunos participantes não era sempre o mesmo.
- Uma das atividades que se mostrou bastante eficiente entre os alunos, na aplicação, foi a de promover perguntas dos alunos sobre um texto. Inicialmente escolheu-se uma crônica que foi apresentada aos mesmos. Exploraram-se questões referentes à obra da qual a crônica foi retirada como: editora que a publicou, autor, público-alvo, informações encontradas na contra-capla e orelha do livro. Depois, os alunos foram motivados a ler o texto escolhido. Após a leitura, solicitou-se que eles pensassem e formulassem perguntas sobre o texto.

5. DISCUSSÃO

As práticas sociais e discursivas do ser humano tem sido opção de investigação para muitos pesquisadores, principalmente o uso da linguagem na experiência do relacionamento humano como sua prática social mediadora, fruto da filosofia de Bakhtin (1992). Para o autor, os signos como a linguagem é um importante mediador da interação humana com o meio em que vive. As teorias de Bakhtin (1992) levam a questionamentos sobre o papel da linguagem na construção do sujeito e formação da consciência a partir da interação com o outro.

De acordo com Koch e Elias (2006, p. 9-12), há três concepções de leitura, focando no autor, no texto e na interação autor-texto-leitor. A primeira concepção de leitura é compreendida como um simples processo de captação de ideias: o texto é visto como um produto acabado – lógico – do pensamento do autor. Nessa concepção, a leitura é apenas um ato de decodificação do código linguístico, ou seja, o leitor se limita ao domínio lexical, sem recorrer a seus conhecimentos prévios para entender o que está dito no texto. Subjacente a esta concepção de texto e leitura, está uma concepção de língua como representação do pensamento de um sujeito. Nesta concepção, o foco da leitura está voltado para o autor e suas

intenções, e o leitor desempenha apenas um papel passivo de captar as ideias do texto.

A segunda concepção de leitura é representada como uma atividade de reconhecimento do sentido das palavras e estruturas do texto, este é visto como um produto da codificação de um emissor e de decodificação de um receptor, bastando para isso que este último conheça o código linguístico utilizado. Nesta concepção, pressupõe-se a língua como estrutura, como código linguístico. O leitor é o único interventor na atividade da leitura, sendo ele que constrói o sentido da mesma a partir de seus conhecimentos prévios.

A terceira concepção tem seu foco direcionado para a interação autor-texto-leitor. A leitura é vista como uma atividade complexa de produção de sentidos. Nesta perspectiva, a língua tem uma natureza interacional – dialógica – e, ao contrário das duas anteriores, os sujeitos são ativos, e o sentido do texto é construído na interação texto-sujeitos. Com isso, a leitura é compreendida como uma atividade de interação entre sujeitos, onde o texto é uma unidade de sentido tanto para o autor dizer, quanto para o leitor entender o que foi dito.

Ainda que haja, porém, lugar para uma gama de sentidos implícitos e interpretações nesta concepção de leitura, a produção de sentido é baseada nos elementos da superfície textual, na sua forma de organização e requer, também, a mobilização do conjunto de saberes inerentes ao processo comunicativo.

As concepções de leitura variam conforme a visão da pessoa, de língua, texto e também de sentido. Koch (2006) afirma que a concepção de língua como representação do pensamento corresponde a do sujeito, individual dono de suas vontades e ações. A leitura é entendida como atividade de captação das ideias do autor sem levarem conta as experiências e os conhecimentos do autor.

A leitura, portanto, é um processo no qual o leitor realiza um trabalho de interpretação e compreensão do texto. Baseando-se no seu conhecimento sobre o assunto, trata-se de uma atividade que necessita de estratégia de seleção, antecipação e verificação.

A concepção de leitura que norteia este trabalho é aquela que dirige seu foco para a interação, pois, conforme Koch e Elias (2006), a leitura é uma atividade de produção de sentidos baseada na interação autor-texto-leitor.

Pode-se, com isso, ressaltar que, mesmo construída na interação, a produção do sentido deve ser feita levando em conta não só os conhecimentos do

leitor, como também o estilo próprio do texto que guia a leitura. A criança, ao brincar, manifesta tudo o que lhe chama atenção, que causou profunda impressão. É através de brincadeiras que a criança expressa sua experiência de vida, seu sentimento, sua maneira de ver o mundo. Com isso, pode-se deduzir que a leitura é vista por ela como uma brincadeira que pode levá-la a observar, experimentar, investigar e imitar, dando sentido e reconstruindo seu mundo e o mundo que a cerca.

Durante a vida escolar não é difícil perceber-se que a leitura por várias vezes é imposta para o aluno como uma exigência para uma atividade avaliativa ou para responder questões levantadas pelo professor cuja resposta está no texto. Lê-se para procurar respostas, não para construção de sentido a partir de conhecimentos prévios, com isso podemos ver que a leitura tem sido apresentada de maneira equivocada.

É comum os professores apresentarem um considerável despreparo quanto à abordagem da obra literária, o que pode direcionar o aluno a um total desinteresse pela leitura, que pode comprometer negativamente todo o processo de aquisição da leitura, que é um processo complexo e delicado.

No caso do ensino de leitura nos anos iniciais é comum testemunhar-se a utilização de atividades meramente mecânicas, como cobrir, copiar e decodificar. Segundo Ângela Kleiman (1993 apud MENEGASSI; CALCIOLARI, 2002, p. 82), "as práticas de leitura como decodificação não modificam em nada a visão de mundo do leitor, pois se trata apenas de automatismos de identificação e pareamento das palavras do texto com as palavras idênticas em uma pergunta ou comentário". São práticas que precisam ser extintas das aulas de leitura para o sucesso da aquisição e domínio da linguagem ao longo dos primeiros anos escolares.

O processo de leitura não se trata apenas de um produto final do processo escolar, mas sim, uma importante conquista para o desenvolvimento de uma sociedade. O aluno ao aprender a ler e começa a desenvolver melhor a linguagem tornando-se mais comunicativo, fazendo parte de um grupo social com vida e histórias individuais.

Segundo Fonseca, (2002), a linguagem conta com uma estrutura que abrange: fonologia, léxico, morfologia, semântica e sintaxe. Para Cruz (2016) a leitura é composta por dois elementos: a descodificação e a compreensão. A descodificação acontece através do reconhecimento e identificação das palavras, e a compreensão é um processo voltado para assimilação da informação escrita.

Na decodificação destacam-se não só as formas de diferenciação e identificação das letras e palavras, como também a junção dos símbolos gráficos com os sons. As dificuldades que podem surgir neste processo são: os erros na leitura de letras, erros na leitura de sílabas e palavras, leitura lenta e vacilações e repetições. Na compreensão da leitura, o que interessa é assimilar a mensagem grafada em um texto, a compreensão ocorre por meio dos processos de extração e organização da linguagem escrita, Cruz (2016).

Lyon (2003) aponta quatro variáveis que podem interferir na aprendizagem da leitura, designadamente: déficits na consciência fonética e na forma de desenvolver o princípio alfabético; déficits na obtenção de estratégias de compreender a leitura e sua aplicação; déficits em desenvolver e manter a motivação para a leitura; e falta de preparação dos professores.

A leitura é uma conquista social, a qual está presente no nosso universo todos os dias e todas as horas, desde o momento em que começamos a compreender as primeiras letras e a conhecer o mundo que nos rodeia por meio da leitura.

Analisa-se, que a realização de leitura de textos literários para as crianças, desperta nas mesmas os sentimentos mais profundos, singelos e sinceros, como também, o interesse pelo aprendizado, pelo enredo, pela fantasia, pelo desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da criatividade, da expressão de ideias, do prazer pela leitura e de forma concreta, oportunizando situações significativas, nas quais as crianças passam a interagir em seu processo de construção do conhecimento, possibilitando assim, o seu desenvolvimento de forma gradativa e qualitativa nos diversos contextos sociais.

Corroborando com as ideias do autor, observa-se a influência que a leitura exerce na vida de uma criança no seu desenvolvimento emocional, social, intelectual, cognitivo, etc. Por este motivo, deve haver uma demanda comprometida e uma necessidade de desenvolver atividades diversificadas de leitura, as quais devem ser planejadas pelo professor/educador, e aplicadas de forma ética e divertida no ensino-aprendizagem dos discentes, na busca de despertar o prazer dos educandos em ler e escrever, e estas atividades, devem estar presentes diariamente na vida de tais alunos, tanto no contexto formal, quanto no contexto não formal.

A leitura é benéfica e significativa em todos os contextos, e certamente, quem

reconhece a importância da leitura, sabe o poder que têm uma história bem contada, bem exemplificada e refletida. Observa-se, que, os benefícios que um simples livro, ou uma simples história pode proporcionar, não há no mudo uma tecnologia que possa substituir esse encanto, substituir esse prazer de mexer as folhas e virar página por página do livro, de sentir na pele o contato com o livro, como também, encontrar em cada página, um mundo repleto de significados, conhecimentos, encantos, diversão, reflexão, magia, cores e fantasias.

A escola é um lugar, onde o caminho para leitura deve ser facilitado, aberto, mediado e ético, desde então, a mesma tem a obrigação de desenvolver uma leitura qualitativa e jamais quantitativa, pois para formar bons leitores, é necessário que a escola ofereça primeiramente materiais concretos, ricos em saberes e conhecimentos, certamente, materiais de excelente qualidade, e não quantidade, pois quantidade sem a devida qualidade, não faz diferença nenhuma no ensino dos educandos, o que poderá tornar o ensino-aprendizagem fragmentado, empobrecido e um obstáculo a ser enfrentado no contexto escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 36) registram que “Não se formam bons leitores oferecendo materiais empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.”

As escolas, não devem limitar-se apenas há livros didáticos como se fosse o suficiente, mas devem selecionar e oferecer obras literárias aos seus alunos, pois o literário é a peça chave para começar a desenvolver um processo de leitura e escrita qualitativo, como também, a conquista para a formação de uma sociedade leitora, de escolas mais entrosadas com a leitura e de alunos que despertem o prazer e o gosto pelos livros. É necessário que uma cultura literária seja enraizada nas escolas, nas casas das famílias, na sociedade em geral, através de um sistema educacional rico em cultura, saberes, e conhecimentos para todas as pessoas.

CONCLUSÃO

Através desse estudo é possível perceber o grande número de alunos que apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, tais como: dificuldades na escrita, na leitura, na interpretação, no raciocínio, problemas comportamentais, problemas estruturais como a falta de acompanhamento da

família na vida escolar dos filhos, a falta de incentivo cultural, alunos não veem a importância da escola para o seu futuro, problemas como o desinteresse em aprender os conteúdos ensinados pelo professor, realidade socioeconômica, entre outros problemas.

O tema abordado neste trabalho remeteu-se a compreender a dificuldade da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental. Onde, observou-se, que há de fato muitas dificuldades enfrentadas pelos professores e pelos alunos no processo de leitura, desde então, a escola juntamente com a equipe escolar, tem que promover estratégias concretas e significativas no desenvolvimento gradativo e qualitativo da leitura e da escrita.

Os educadores não podem esquecer-se, da importância que tem o livro, o conto literário na vida de uma criança no processo de alfabetização. A criança, nos anos iniciais do ensino fundamental, necessita sim, de um direcionamento maior do professor, de uma mediação comprometida com a realidade e o ensinoaprendizagem da mesma, sendo que a mediação do professor é muito significativa no processo de aprendizagem do discente.

Faz-se necessário para o desenvolvimento da competência leitora, que se considerem os processos cognitivos e metacognitivos, visando à interação autorleitor no contexto social. E que a partir dos períodos iniciais da escolaridade, todas as atividades de leitura precisam estar voltadas para alcançar a leitura compreensiva. Neste estudo observa-se através dos resultados, que o número de alunos que não sentem nenhuma dificuldade de aprendizagem foi inferior aos alunos que sentem dificuldades. Problemas como leitura de forma decodificada, repetência foram evidenciados, levando-se em conta que os alunos que detêm os conhecimentos de leitura e escrita e raciocínio e apresentam um bom rendimento escolar é uma minoria, em relação aos demais.

Considerando os resultados obtidos, pode-se notar que as dificuldades de aprendizagem não devem ser atribuídas somente a fatores externos, como também a fatores internos como os métodos de ensino, a falta de materiais didáticos apropriados, condições psicológicas do aluno entre outros fatores.

A escola necessita rever estratégias transformar suas aulas e suas atividades pensando em todos os alunos, garantindo que todos eles possam se desenvolver na aprendizagem e na aquisição de conhecimentos. É necessária, uma aproximação entre família e escola, um maior incentivo ao aluno por parte da família, professores

bem preparados para lidar com essas dificuldades, buscando melhorias tanto nos métodos de ensino quanto na parte psicológica de seus alunos.

E também seria de fundamental importância, a contribuição significativa dos órgãos governamentais, para uma maior e melhor estruturação da educação brasileira, buscando minimizar as desigualdades e promovendo o acesso à educação de forma democrática, e igualitária para todos os setores da sociedade.

No desenvolvimento desse trabalho, a leitura é vista como um processo de produção de sentido que se dá a partir de interações sociais ou do diálogo que ocorre entre leitor/texto/autor. Assim, não existe texto sem a presença do leitor. É o leitor que dá voz e vida ao texto. É no cruzamento de vozes que os sentidos do texto vão se formando.

Dessa forma, pode-se pontuar, inicialmente, a importância do papel do professor como leitor o qual serve de modelo para os alunos e a função de mediador que tem nesse processo. O aluno precisa de apoio, informação, incentivo e dos desafios proporcionados pelo professor. Assim, o aluno vai dominando, progressivamente aspectos da tarefa de leitura que, no início, são distantes dele.

Necessário refletir, ainda, que o ensino da leitura não é questão de um curso ou professor, mas questão de toda a escola e de todos os professores. Importante destacar que a coerência, continuidade e progressão da intervenção no trabalho com a leitura são essenciais, pois as práticas decorrentes desse trabalho precisam de um processo longitudinal, porque acontecem durante toda a vida escolar e prolongassem por toda a vida, agregando à pessoa cada vez mais leituras no sentido pleno da palavra.

Com este trabalho, abrem-se perspectivas para outros estudos. Sugere-se, por exemplo, a análise de uma forma contemporânea de leitura, a da Internet. Essa leitura, na sociedade global, tem vários aspectos que precisam ser apreendidos como: os fragmentos e efemeridades da informação, a competência para selecionar as leituras evitando a sobrecarga de informações, a troca de identidades e de responsabilidades no ambiente da Sociedade da Informação e o domínio das linguagens e das tecnologias digitais.

Conclui-se, que a prática docente tem que ser realizada de maneira mais comprometida com as necessidades e as diversas realidades dos alunos, utilizando-se de metodologias concretas e eficazes para que os estudantes não sejam atingidos em sua compreensão de mundo, cultura, sociedade e homem, buscando

assim, uma melhoria na qualidade da educação, tentando de fato, formar os alunos para serem leitores competentes e até mesmo escritores, os quais devem ser capazes de compreender realmente a sociedade em que estão inseridos através da leitura.

REFERÊNCIAS

ALIENDE, F. (Org.). **A leitura: Teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Por uma educação romântica**. 7ª Edição 2008 Campinas, SP: Ed. Papyrus, 2002.

Bakhtin, M.; Volochinov, V.N. (1995). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec.

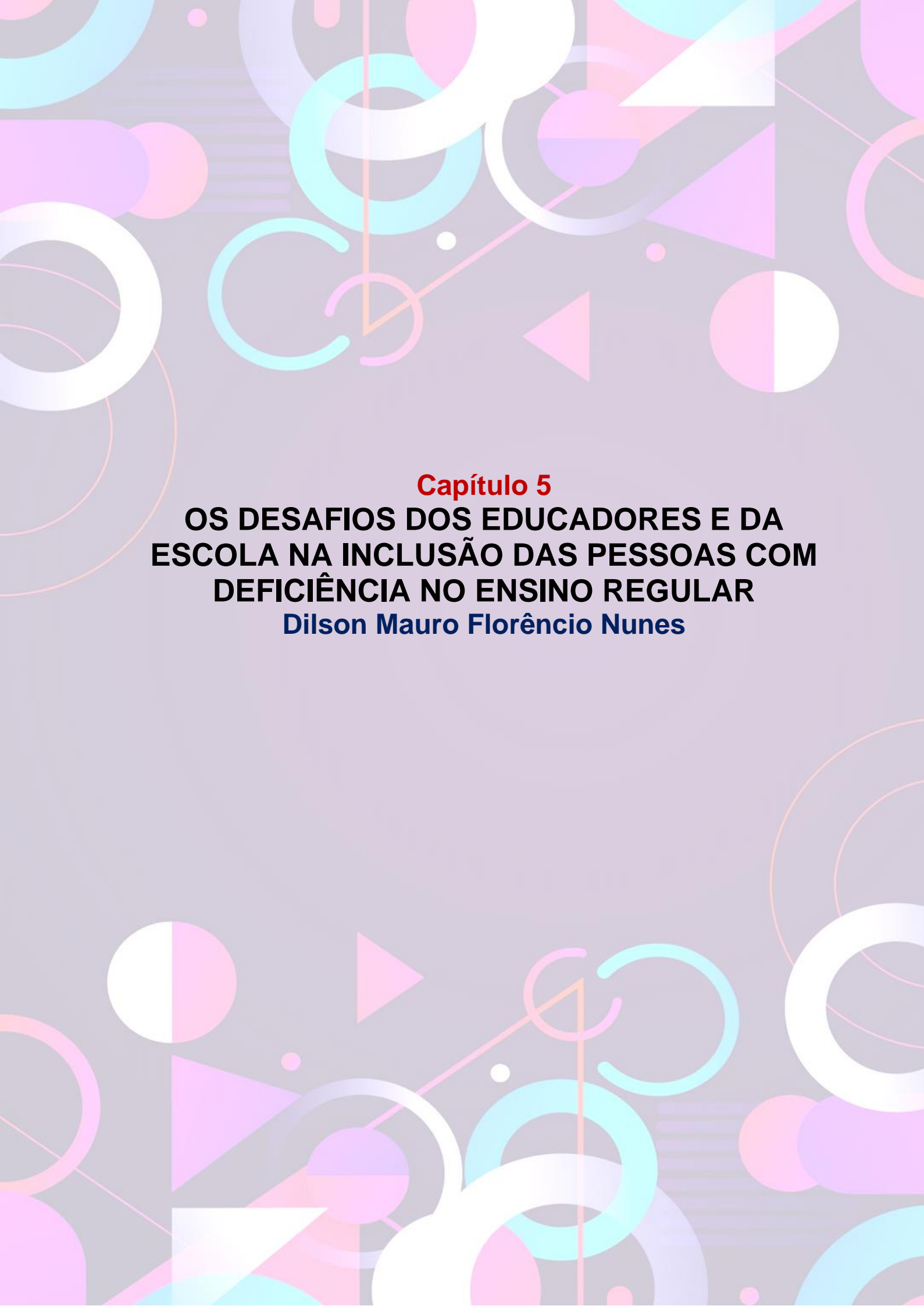
CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**: Lidel - Edições Técnicas. Lisboa, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. G. V. **Argumentação e linguagem**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.



Capítulo 5
OS DESAFIOS DOS EDUCADORES E DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR
Dilson Mauro Florêncio Nunes

OS DESAFIOS DOS EDUCADORES E DA ESCOLA NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Dilson Mauro Florêncio Nunes

*Graduado em Estudos Sociais pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira.
Graduado em Geografia pela UNIFOR. Graduado em História pela Faculdade de
Filosofia Ciências e Letras Nair Fortes Abu Merhy – Pronafor. Mestrado em Ciências
da Educação pela Universidad Americana de Asunción. Mestrado em Ciências da
Educação pela Universidad Internacional SEK - CHILE
Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad del SoL.*

INTRODUÇÃO

Amparado pela Lei nº 9394/96, o tema inclusão do portador de necessidades como um dos novos o qual delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos.

A história revela para a humanidade o caminho da exclusão social e humana do homem. Se, no passado, o indivíduo com algum comprometimento era banido da sociedade através da morte, hoje, este tipo de eliminação não é mais praticado, porém uma exclusão sutil acontece através das instituições, como cadeias, asilos e tantas outras que foram criadas com este objetivo: segregar o "diferente" da sociedade.

MARQUES in MANTOAN (1997, p.20) diz "enquanto a pessoa está adequada às normas, no anonimato, ela é socialmente aceita. Basta, no entanto, que ela cometa qualquer infração ou adquira qualquer traço de anormalidade para que seja denunciada como desviante".

"A década de 60, por exemplo, testemunhou o boom de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clube sociais especiais, associações desportivas especiais" SASSAKI (1997, p. 31), criadas concebendo a ideia de proteger o diferente e, após, reintegra-lo ao convívio social. Na realidade, estavam

considerando muito mais a questão social do que seu desenvolvimento como um todo.

O próprio termo reintegração já traz implícita a ideia da desintegração. "Só é possível reintegrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado" Marques in MANTOAN (1997 p.20).

A pessoa com deficiência convive socialmente com sua família, porém este convívio não se estende na escola, no clube, na igreja e nas outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente. MADER in MANTOAN (1997, p.45) aponta como causa os seguintes conceitos básicos:

- Pessoas portadores de deficiência não correspondem às expectativas, são anormais, diferentes (estigmatização);
- Pessoas portadoras de deficiência não são muito capazes, são pouco produtivas ("apêndice inúteis da sociedade"), (Fernandes, 1995);
- Pessoas portadoras de deficiência são estigmatizadas, o estigma cria preconceitos que, por si, gera medo, e o medo provoca ignorância e afastamento;
- Pessoas portadoras de deficiência não se encaixam nos valores da sociedade.

Com essas ideias, buscou-se a educação individual do P.N.E. como forma de aproximação com os seres normais, a fim de desenvolver sua normalidade para melhor integrá-lo através de sua aprendizagem. "A ideia inicial foi, então, a de normalizar estilo ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de "tornar normais as pessoas deficientes" SASSAKI (1997, p.32).

Foram pelas lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, na década de 80, que a prática da integração social se torna mais presente. Porém, foram os novos conhecimentos avançados na comunidade científica, que perceberam a integração insuficiente para o contexto, considerando que esta população não participava de maneira plena e igual aos demais.

Considerando que a diferença é inerente ao ser humano, e reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge, denominado Inclusão. "Este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos" MADER in MANTOAN (1997, p 47).

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade SASSAKI 1997).

Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações.

Em relação a esta questão SASSAKI (1997, p.42), diz que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI 1997).

O capítulo V - da Educação Especial, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lança, tanto para a escola como para toda sociedade, um desafio muito grande no que se refere à Inclusão. Falamos em sociedade, pois a escola está inserida em um contexto social o qual se modifica com o desenvolvimento de sua gente, de sua tecnologia, de sua ciência, envolvidos em uma estrutura globalizada.

A escola, como uma instituição mediadora na construção do conhecimento, tendo como objetivo levar cultura para um número cada vez maior de pessoas, leva para si uma gama de responsabilidade muito grande.

Nos apontamentos de MELLO in MANTOAN (1997, p.13) que: "É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenha papel muito importante, é da escola a maior parcela".

Nosso desafio como profissionais da educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, pois se sabe da importância da educação básica. A educação básica é a mola mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. É claro que ela não está só neste desafio. Necessitamos de uma justiça que funcione, de uma saúde que abrigue a todos e de uma política comprometida com o cidadão. "Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos - a sociedade inclusivista" SASSAKI (1997, p.42).

Porém, a escola com seus profissionais deve assumir este compromisso, acreditando que as mudanças são possíveis desde que haja uma transformação nos atuais moldes do ensino, sendo "a escola uma das instituições (senão a principal) responsável pela construção desta sociedade, atendendo a todos indiscriminadamente" THOMA (1998, p.50).

Acreditamos, que ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas (MANTOAN 1997).

O Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda, em seu Art. 15 "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento... "E continua, no Art. 53 "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa... assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola..."

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu Capítulo V Da Educação Especial, diz que: Art. 58."Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Considerando o aspecto legal inserido na lei, e o científico em que de acordo com VYGOTSKY apud CARNEIRO (1991, p.101) "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial a seu desenvolvimento", estas exigências requererem da escola uma nova estrutura, um novo conceito em relação à formação do futuro cidadão e uma visão renovada de seus conceitos e pré-conceitos com relação ao diferente.

A questão da integração representa um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existente mesmo entre os não deficientes (CARNEIRO, 1997).

Porém, refletir o direito que assiste a todo ser humano, decidir qual a melhor maneira de viver e de conviver com o outro, sem que para isso se tenha que ser igual ao outro, é direito e deveria ser respeitado por todos sem exceção.

Mas por que temos que ser iguais? Não sabemos. Talvez porque ficaria mais fácil ou acessível conviver com o igual, não me incomodaria e não haveria necessidade de me auto-reconhecer perante a diversidade. "Na verdade, o que o

homem vê e teme é a sua própria fragilidade perante a vida, a sua própria finitude. O conflito originado do confronto do que ele é com o que ele pode vir a ser provoca no homem toda repulsa em relação à diferença" Marques in MANTOAN (1997, p. 19).

Reconhecer as diferenças é essencial no caminho da integração e, principalmente, da inclusão, onde se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento.

Oferecer um ambiente favorável à inclusão, não é só ter conhecimento das mais variadas diversidades, o que é possível ser trabalhado, ou o que a criança já possui de conhecimento, como também e principalmente, respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando suas potencialidades.

Segundo CARNEIRO (1997, p.33) cita que:

Os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizado as habilidades que o deficiente não possui, mas ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas em seu desenvolvimento (CARNEIRO, 1997).

A escola traz consigo toda uma bagagem de cultura e de saberes que atendiam às necessidades de uma determinada época e clientela. Se antes o excepcional era eliminado da sociedade, hoje ele tem seu direito adquirido por uma lei, a qual o coloca como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Para isso, há de (re)pensar com muita cautela sobre a estrutura escolar, nossa avaliação, nossa interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno.

As inovações que ocorrerão daqui para frente diz respeito à escola, ao aluno especial, à família, ao professor e a todas as pessoas que fazem parte deste processo. Por isso, muito já se discutiu e muito há o que discutir, pois a sociedade, de certa forma, custa a perceber as mudanças que estão ocorrendo e a processá-las em sua prática social.

Tudo é uma caminhada, tudo é uma construção que é elaborada em cima de estudos e pesquisas que através de um conhecimento mais amplo e aprofundado, traçam o caminho da sensibilidade. É na formação diferenciada do profissional da educação, que hoje se faz necessário, que irá acontecer a inclusão do P.N.E.. Um

dos fatores principais dessa formação está relacionado à capacidade de o professor reconhecer e proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do P.N.E..

Por vezes, não se aposta na Inclusão, por ser ela algo que ainda não aconteceu, os professores terão que inovar sua própria prática, seu próprio conceito, e isso mexem com muitas estruturas que já estão de certa forma enraizadas.

Conforme MANTOAN (1997, p.44), nos afirma:

As grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades (MANTOAN, 1997).

Quando se falam "todos", fala-se do aluno portador de necessidades educativas especiais e o aluno sem necessidades educativas especiais. Entretanto deve-se ter a clareza desses termos, onde "necessidades especiais" não devem ser tomadas como sinônimo de "deficiência" (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas)."

As inovações que ocorrerão daqui para frente diz respeito à escola, ao aluno especial, à família, ao professor e a todas as pessoas que fazem parte deste processo. Por isso, muito já se discutiu e muito há o que discutir, pois a sociedade, de certa forma, custa a perceber as mudanças que estão ocorrendo e a processá-las em sua prática social.

Apostar nessas inovações será o caminho mais seguro para a efetivação da escola inclusiva. Quando professores das mais variadas diversidades (re)descobrirem o valor de ensinar através da troca, reconhecendo seus alunos como seres capazes de realizações, interagindo com as famílias na busca por soluções de seus problemas familiares, os quais interferem diretamente na sala de aula, procurando apoio em todos os setores da escola na realização de tarefas conjuntas e garantindo a participação dos alunos nas decisões de sala de aula, estaremos construindo não apenas a escola que irá atender ao portador de necessidades educativas especiais, mas a escola que atenderá a todos, ou seja, a escola inclusiva. "...é de suma importância ressaltar as vantagens que a integração representa, tanto para os portadores de deficiência quanto para aqueles alunos considerados normais, pelas necessárias modificações do sistema de ensino no sentido de sua mobilização" CARNEIRO (1997, p.34).

SASSAKI (1997 p. 14). A maioria das necessidades especiais é o resultado de condições atípicas, tais como: Deficiência mental, física, auditiva, visual e múltipla; autismo (Gauderer, 1993); dificuldades de aprendizagem; insuficiências orgânicas; superdotação (Taylor et al, 1990; Machado et al., 1989); problemas de conduta; distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade; distúrbio obsessivo compulsivo, síndrome de Tourette (Santos, 1994; Sasaki, 1995); distúrbio emocionais; transtorno mentais (MIND, p. 4-9) SASSAKI (1997, p.16).

Porém, as realidades de nosso país e de outros tatos dão conta de uma exclusão que se agrava cada vez mais em detrimento de uma política social inexistente.

Segundo SKLIAR (1999, p.26-27).

A falta de emprego, por exemplo, poderá levar ao rompimento da estrutura familiar, apresentado em seu meio vários problemas de: alcoolismo, drogas, prostituição infantil, trabalho infantil e escravo, a falta de alimentação adequada ao crescimento da criança e a falta total de conhecimento dos pais em estimular seus filhos, oferecendo um ambiente favorável e sadio na busca por uma escola com qualidade de ensino (SKLIAR, 1999).

No recente informe da UNICEF, chamado de Educação para Todos (1999), se pode ler, entre os dados mais relevantes, que: mil milhões de pessoas entrarão no século XXI.

A história revela as fases de exclusão onde a sociedade a transformou em atendimento segregado para a integração e, hoje, em inclusão. Porém, essas fases não se processaram sempre ao mesmo tempo, e nem com todos.

Sobre isso SASSAKI (1997, p.17) diz que:

O movimento de inclusão começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países.

A inclusão é um movimento com apenas um interesse: construir uma sociedade para todos. Mesmo sendo muito recente o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança que será incluída torna-se fundamental neste processo.

RABELO (1999, p.20) cita que:

Hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social (RABELO, 1999).

Sem os conhecimentos necessários para ler um livro ou para assinar seu próprio nome, 855 milhões de pessoas serão analfabetas nas vésperas do novo milênio; 130 milhões de crianças em idade escolar crescem sem poder receber educação básica; um professor em Bangladesh tem que atender a 67 alunos, enquanto que a relação professor/aluno na Guiné Equatorial aumenta para 909.

Sobre esta sociedade, ASSMANN (1998, p.222) diz o seguinte "qual é o fato maior na atual conjuntura mundial, intensificado em nossa realidade brasileira? Certamente é o império estarrecedor da lógica da exclusão e a crescente insensibilidade diante dela". De certo modo estamos anestesiados diante de tantas formas de exclusão que se apresentam em nossas vidas, sejam elas de cunho religioso, éticos, sociais, econômicos ou educacionais que por vezes sua definição se esvazia.

Segundo ASSMANN (1998, p.213)

A expressão lógica da exclusão surgiu num encontro de filósofos latino-americanos e europeus, na Alemanha em 1989, cuja intenção de seus participantes era mostrar que as instituições criadas pelo ocidente com a ideologia da inclusão social, na verdade eram excludentes: a democracia, por exemplo, ao ser reduzida a emissão do voto; ou a economia de mercado que prega um discurso includente (para todos), mas irreal (ASSMANN, 1998).

É a própria história que se encarrega de nos revelar as matanças em nome da religião ou em nome das guerras éticas que marcarão para sempre a crueldade e os horrores cometidos durante o holocausto. Isso demonstra com muita clareza o que o ser humano é capaz de fazer com seu semelhante.

Com relação à educação do surdo, deve-se ter a clareza de que a integração escolar e integração social não podem ser tidas como sinônimo, pois ir a escola com os demais não significa ser como os demais. Uma efetiva integração escolar depende de como cada escola aceita e trabalha com as diferenças. Para o surdo poder estar, efetivamente, incluído na classe com os ouvintes, ele necessitar dominar a língua oral o que só pode ocorrer após seu desenvolvimento em língua de sinais.

Esse aspecto da aquisição do conhecimento do surdo é extremamente importante, pois, na escola inclusiva, se o professor e os colegas não dominarem a língua de sinais, o surdo fica fora dos debates, das decisões e da integração com os colegas nos momentos de brincadeira que fazem parte do aprender.

Em detrimento da falta de uma comunicação efetiva torna-se difícil a inclusão; poderá acontecer a integração social, mas não a efetiva inclusão do surdo no meio ouvinte. por esse motivo é que skliar (1999, p.27) diz que "é possível intuir como a prática e o discurso da inclusão se transformam, para as crianças surdas, em uma experiência sistemática de exclusão ou, melhor dito, de inclusão excludente".

Segundo o pensamento de vygotsky apud rabelo (1999, p.20)"uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente". a criança em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará do p.n.e. um ser capaz como os outros não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e aceito por todos.

O objetivo é comum: o de construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva considerando as diferenças e as individualidades.

Freire (1982, p.101) nos diz eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez enquanto o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina.

Temos dois caminhos a seguir: ou saímos da rotina como sugere freire e buscamos inovar a prática pedagógica diante da inclusão, ou ficamos discutindo que a mesma não é viável, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade. que garantia tem de que a inclusão terá sucesso? ou quando estas mudanças ocorrerão na prática? essa resposta só será respondida quando passarmos dos discursos e dos debates para a prática em toda sua plenitude.

1. OS PASSOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A inclusão educacional faz parte de um movimento muito maior: o da inclusão de todos os que, ao longo da história, foram discriminados, segregados e afastados da convivência com outros considerados “normais”: as pessoas muito pobres, as muito feias, os negros, as mulheres, as pessoas abandonadas, as pessoas com deficiência. Esses grupos foram excluídos dos ambientes sociais públicos porque se acreditava que eram muito diferentes dos outros, sendo considerados inferiores e incapazes de conviver na sociedade. E a escola também os discriminou. Não os recebeu, porque não sabia como lidar com suas diferenças.

Houve um tempo em que as escolas públicas só recebiam as crianças e jovens pertencentes a famílias que tinham boas condições financeiras, boa situação social, consideradas inteligentes, enfim, crianças e jovens “sem problemas”.

Quando outras crianças e jovens, vindos das diversas classes sociais, passaram a ingressar nas escolas públicas, verificou-se que elas começaram a se afastar e a recusar as crianças chamadas “problemáticas”: as que apresentavam fracassos na aprendizagem, com características diferentes daquelas comuns à maioria do alunado, as que apresentavam deficiências.

Mas a sociedade sofreu modificações, foi tornando-se mais democrática, e isso abriu caminho para que esses grupos de pessoas e suas famílias pudessem organizar e exigir os seus direitos. Assim, as famílias dos deficientes iniciaram a sua luta pelo direito à escola.

Como a escola regular não se abria para a maioria dos que até então eram considerados “doentes”, criaram-se as escolas especiais, com espaço exclusivo para as crianças e jovens cuja deficiência motivara a sua exclusão da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado. E assim surgiu a educação especial, que se expandiu em classes e escolas especiais. Durante muitos anos, a escola especial foi a única alternativa disponível para esses alunos.

A escola “regular” cumpre normas escolares definidas pelo Sistema Educacional, e não sendo suficientemente capaz de enfrentar o fracasso escolar de muitos assegura uma vida escolar reconhecida no país como educação escolar formal.

Tais posturas dificultaram e continuam dificultando a tão necessária reorganização das escolas, para atender, com qualidade, a todos os alunos. Com o avanço da sociedade, a luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade se fortalece e faz crescer, em todo mundo, a busca de uma escola que atenda a todos

os alunos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias, fazendo surgir o movimento por uma educação inclusiva.

A inclusão educacional significa que todas as crianças e jovens em idade escolar devem frequentar a mesma escola, que deverá estar organizada para atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos; significa garantir que os alunos com deficiência tenham acesso à escola, possam permanecer nela e ser bem sucedidos. As escolas devem oferecer os suportes de que os alunos irão precisar, que lhes permitam de fato estar incluídos: os apoios pedagógico e clínico, a remoção de barreiras, os recursos materiais e tudo o que for necessário para que ele possa aprender como os outros e com os outros.

Para assegurar que estes suportes ocorram, é preciso que órgãos públicos de educação, como as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, estejam comprometidos com a inclusão educacional. Dessa forma, poderão ser preservadas algumas condições, que facilitem a entrada de alunos com necessidades educativas especiais, na escola regular: espaços educacionais acessíveis, professores melhor preparados, professores de apoio, professores intérpretes, número menor de alunos nas salas inclusivas, apoios pedagógicos, materiais específicos, etc., essas são adaptações de grande porte. Já na escola, as adaptações são de pequeno porte, ou seja, são aquelas que o professor mesmo deve providenciar: novas formas de ensinar, de avaliar, de acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, de se relacionar com as suas diferenças, de trabalhar de forma cooperativa, de buscar apoios através de parcerias com outras instituições e outros profissionais, dependendo de cada necessidade que o aluno apresente.

O Brasil, hoje, vem avançando no que se refere à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, para que leis sejam implementadas e respeitadas. Por isso, torna-se necessário conhecer e multiplicar o conhecimento das legislações em cada espaço de convivência. Na área da educação podemos destacar:

- A Constituição Federal (1988), art.208;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96;
- A Lei de Diretrizes da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7853/89;
- O Decreto nº 3298/99, que regulamenta a Lei 7853;
- A Lei nº 10098/2000, sobre a acessibilidade;

- As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000);
- As Diretrizes Estaduais para a Educação Especial na Educação Básica em Minas Gerais (CEE/MG 2003).

Todas essas leis e decretos determinam que a educação das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino e, apenas extraordinariamente, em escolas especiais, para aqueles alunos que requeiram apoios intensos e permanentes, que a escola regular ainda não consegue prover. É importante deixar claro que, uma escola inclusiva deve apresentar algumas características:

- Não rejeitar matrícula de nenhum aluno, independentemente das condições que ele apresenta;
- Preocupar-se com o desenvolvimento e a permanência de seus alunos, de forma a não excluí-los durante o percurso escolar, buscando sempre criar situações significativas para cada um deles;
- Preocupar-se com a formação de cidadãos conscientes, preparados para a vida fora dos muros da escola;
- Comprometer-se com a formação continuada de seus professores, incentivando o trabalho cooperativo, respeitando a diversidade humana, organizando-se de acordo com as necessidades de seus alunos;
- Oferecer apoio e suporte necessários ao sucesso escolar de seus alunos;
- Buscar parceria disponível para oferecer uma educação de qualidade para todos.

A partir das características abordadas anteriormente conclui-se que a escola seja acolhedora, cujo projeto político-pedagógico deve estar fundamentado numa pedagogia humanista e inclusivista. É a escola que atenda as necessidades dos alunos especiais muitas vezes à margem do processo educativo.

Essa é a escola inclusiva que a Declaração de Salamanca defendeu em 1994, na Espanha e que o Brasil adotou como diretriz para a sua Política Educacional.

A Conferência Mundial de Educação Especial ocorrida em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, foi o marco na questão da educação inclusiva, pois dela emanou um documento internacional (Declaração de Salamanca) sobre políticas

educacionais, em que foram privilegiadas novas perspectivas na área da educação especial, afirmando o propósito da educação inclusiva e propagando a inclusão escolar e social como direito inalienável de todas as pessoas, independentemente de raça, condições físicas ou mentais. (Roseli Albio dos Santos, Doutoranda em Educação, Professor de Fundamentos da Educação Especial na Universidade de Taubaté-SP, PRESENÇA PEDAGÓGICA, V.9, N.49, JAN/FEV 2003, P.49).

No entanto, deve-se lembrar de que a educação inclusiva está ainda em construção. O caminho não está pronto. Está sendo traçado pouco a pouco, em cada município, em cada escola, por todos aqueles que com compromisso e responsabilidade querem contribuir para um sistema educacional de qualidade para todos os alunos, acreditando que isso é possível.

2. PERSPECTIVAS ATUAIS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO

As reações frente a uma pessoa com deficiência são inúmeras, múltiplas, diversas, por vezes inesperadas, contraditórias, mas carregadas de sentimentos e emoções. Diante de pessoas com deficiência, em experiências e vivências profissionais, passa por situações de desespero, pena, impotência, motivação para apoiar, uma vontade extremada de ajudar, querer a todo custo minimizar as limitações e promover o crescimento.

Mesmo profissionais experientes, e com muitos anos de trabalho na área da educação especial, ainda se emocionam diante da limitação imposta a alguns alunos, por suas deficiências. Situações assim, fazem com que muitos questionem sua competência, seu grau de humanismo, enfim sua capacidade de sentir-se útil em traçar estratégias educacionais que possam efetivamente apoiar esses alunos. Diante do novo, do desconhecido, toda a história das pessoas com deficiência vem à tona através de nós. A pena, o medo, o pavor, a distância, o negar educar, são reações de algumas pessoas diante de pessoas com deficiência, por desconhecerem suas causas, suas características e, principalmente, o potencial dos mesmos.

As orientações médicas ajudam, explicam causas e caracterizam deficiências, amenizam nossos receios, mas não fazem educadores e nem organizam caminhos do educar, ensinar e fazer crescer. Desta forma, ao longo da história, médicos e

cientistas também explicaram, rotularam e nos fazem compreender melhor as causas e características dos diversos tipos de deficiência.

O universo educacional vem se abrindo lenta e gradativamente, questionando-se sobre como atender a toda a diversidade de educandos em um só sistema de ensino e, ainda igualar as oportunidades, universalizar o acesso aos meios, garantir aos alunos o apoio de que necessitam para obterem o sucesso educacional, desejado a todos, sem exceção.

REFÊNCIAS.

ASSMANN, H. A corporeidade como instância radical de critérios pedagógicos e ético-políticos; Cidadania: crítica à lógica da exclusão. In: Metáforas novas para reencantar a educação. São Paulo: Ed. da UNIMEP, 1998.

BRASIL. LEI 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução 451. Minas Gerais, 2003.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer 17/2001. Brasília, 2001.

_____. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Colegiado: CEB. Parecer nº 17/ 2001. Aprovado em: 03. 07. 2001

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, D.F. 1999.

BRASÍLIA. COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE). Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. 1994

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos (org.). O Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MELLO R. Identidade social de usuários, familiares e profissionais em um centro de atenção psicossocial no Rio de Janeiro [tese]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

THOMA, A. S. Os Surdos na Escola Regular: Inclusão ou Exclusão?. Reflexão e Ação. Vol.6, n.2, jul/dez. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1998.

VIGOTSKY, L.S. (1998). A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes.
_____, L. S. Obras Completas. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, Tomo Cinco: Fundamento de Defectologia. 1989.

CARNEIRO, R. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

RABELO, A. S. Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

SKLIAR, C. A Invenção e a Exclusão da Alteridade “Deficiente” a Partir dos Significados da Normalidade. Revista Educação & Realidade, v. 24, n. 2. Porto Alegre: FAGED/ UFRGS, jul/dez 1999, p. 16-31.



OS AUTORES

Clécia Rosas Brito Bastos

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de La Integración de Las Américas (2018), especialista em Administração Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2003), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2001). Atualmente atua principalmente nos seguintes temas: arte e aprendizagem significativa.

Dilson Mauro Florêncio Nunes

Graduado em Estudos Sociais pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira. Graduado em Geografia pela UNIFOR. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nair Fortes Abu Merhy – Pronafor. Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Americana de Asunción. Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Internacional SEK - CHILE. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad del SoL.

Dulcy Rejane de Souza Alves

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas, graduada em Pedagogia (2015) e especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias. Atualmente é professora alfabetizadora da Prefeitura Municipal de Petrolina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil.

Margarete Gomes Coelho

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (2019), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Educação Montenegro (2010), graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2008). Atualmente é coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Petrolina.

Maria Selma dos Santos

Possui graduação em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (2002) e mestrado em Ciências da Educação - Universidad de la Intregación de las Américas (2020). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Mirandiba.



O ORGANIZADOR

Jadilson Marinho da Silva
Organizador

Possui graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2021), especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (2019). Atualmente leciona no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e no Ensino Médio. Possui experiência na área de Letras e Educação com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Linguística, Educação Inclusiva, tecnologia assistiva, formação de professores, tecnologia educacional, avaliação e currículo.



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658452518-4



9 786584 525184